

12.5

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP  
*Presidente do Conselho Curador*  
Herman Voorwald

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Editor-Executivo*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Assessor Editorial*  
Antonio Celso Ferreira

*Conselho Editorial Acadêmico*  
Cláudio Antonio Rabello Coelho

José Roberto Ernandes  
Luiz Gonzaga Marchezan

Maria do Rosário Longo Mortatti  
Maria Encarnação Beltrão Sposito

Mario Fernando Bolognesi  
Paulo César Corrêa Borges

Roberto André Kraenkel  
Sérgio Vicente Motta

*Editores-Assistentes*  
Anderson Nobara

Arlete Zebber  
Christiane Gradvohl Colas

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA

# A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

## DO IDEAL SOCIALISTA AO SOCIALISMO REAL

3ª. EDIÇÃO REVISTA E AUMENTADA

Everardo  
34 cap.



editora

© 2009 Editora UNESP  
Direitos de publicação reservados à:  
Fundação Editora da UNESP (FEU)  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172  
www.editoraunesp.com.br  
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B116r  
3.ed

Moniz Bandeira, Luiz Alberto, 1935-  
A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real / Luiz  
Alberto Moniz Bandeira. - 3.ed. rev. e aumentada. - São Paulo: Editora UNESP,  
2009

272p  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7139-966-2

1. Socialismo – Alemanha – História – Século XX. 2. Alemanha – História  
– Reunificação, 1990. I. Título.

09-4320

CDD: 943.0877

CDU: 94(43)“1990”

Editora afiliada:

  
Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe

  
Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

## CAPÍTULO 10

A CONVERSÃO DE GORBACHEV À POLÍTICA DE ENTENDIMENTO  
COM A RFA – O DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DA URSS E OS FATORES  
ECONÔMICOS DA PERESTROIKA – A REVOGAÇÃO DA DOCTRINA BREJNEV  
– HONECKER, A PERESTROIKA E A GLASNOST – O KGB, MARKUS  
WOLF E O COMPLÔ CONTRA HONECKER – A OPOSIÇÃO INTERNA  
NA RDA – A MANIFESTAÇÃO DOS QUE PENSAVAM DE MODO DIFERENTE

A conversão de Gorbachev à *Politik des Dialogs und des Realismus*, em 1987, decorreu de vários fatores. Não apenas ele se convencera, com a vitória de Helmut Kohl nas eleições de dezembro de 1986, de que não haveria mudança de governo em Bonn, como também percebera que, através do intermediação de Honecker, poderia até mesmo obter vantagens econômicas da RFA, que tendia a afastar-se da política de segurança e de armamentos dos EUA, agastada com a falta de consideração de Reagan pelos interesses dos seus aliados europeus. Além do mais, a crise econômica e financeira da URSS cada vez mais se aprofundava e ela não mais dispunha de recursos para sustentar a competição armamentista com os EUA, contrapondo-se ao projeto de construção da SDI. A verdade é que os EUA também não tinham condições de empenhar-se em tal disputa, com a qual Reagan ameaçava atizar o conflito Leste-Oeste, sem abalar ainda mais sua economia. Seu déficit orçamentário no ano fiscal 1985-1986 alcançara a soma de US\$ 220 bilhões. O déficit comercial situara-se em torno de US\$ 170 bilhões, aumentando sua dívida externa para US\$ 263 bilhões.

Contudo, os EUA não só possuíam uma economia muito maior e mais dinâmica do que a da URSS como podiam recorrer ao mercado mundial de capitais. Com o Federal Reserve Board a manter altas taxas de juros, a partir de 1979 e,

sobretudo, depois da ascensão de Reagan à presidência, os EUA agravaram o pagamento das obrigações financeiras pelos países do Terceiro Mundo e ainda tiveram condições de captar outras poupanças do exterior, que contribuíram para financiar seu programa de armamentos, sem maiores pressões inflacionárias e sem prejuízo para o consumo interno de bens e serviços. A URSS não contava com as mesmas vantagens, o que tornava sua situação muito mais difícil. Apesar da carência de dados mais exatos, há indicações de que seu déficit orçamentário estava a atingir uma soma equivalente a 7,2% (20%, segundo outras fontes soviéticas) do PNB, enquanto o dos EUA não ultrapassava 3% (WHITE et al., 1990, p. 163). E o déficit comercial acumulado elevava a US\$ 40 bilhões sua dívida externa (idem, 1990, p.181), que, embora inferior à dos EUA, representava para a URSS encargo muito maior, uma vez que nem o rublo nem as demais moedas do Bloco Socialista eram conversíveis, o atraso tecnológico (fora do setor militar) e a consequente falta de competitividade limitavam-lhe a capacidade de exportação de manufaturados para o Ocidente e ela não possuía outras fontes de divisas. Tais fatores, *inter alia*, provocaram o declínio de seu ritmo anual de crescimento, da ordem de 6,5% entre 1961 e 1965, para somente 2%, no período de 1976 a 1985 (idem, 1990, p.161). Nenhuma instituição conhecia melhor do que o KGB a verdadeira situação do planejamento econômico da URSS e a extensão da superioridade tecnológica do Ocidente (REUTH, BÖNTE, 1993, p.7). Por esta razão, do mesmo modo que Beria no início dos anos 1950, Yuri V. Andropow, chefe do KGB,<sup>1</sup> conhecia a gravidade da situação e usou a massa de informações, obtida no exercício do seu posto, para forçar PCUS a aceitar algumas reformas na URSS,<sup>2</sup> quando assumiu o governo em fins de 1982, mas não as pôde concretizar. Morreu em 9 de fevereiro de 1984. E seu sucessor, Konstantin Tchernenko, após um ano no poder, faleceu, em 10 de março de 1985, o que possibilitou a ascensão de Mikhail Gorbachev ao governo da URSS, com o apoio do KGB, em 1985.

Gorbachev, diante do aguçamento das pressões populares, a fim de obter a melhoria dos padrões de consumo e de conforto depois de setenta anos de Revolução Russa, entendeu que uma parcial introdução da economia de mercado poderia facilitar a modernização da indústria soviética. Tomou por modelo a Nova Política Econômica (NEP), que Lenin implementara na URSS após a guerra civil (1918-1922), e Deng Xiaoping começara a aplicar na China, desde 1978. Assim, com o propósito de recuperar a economia soviética e evitar o colapso

1 Andropow fora embaixador da URSS na Hungria quando lá ocorreu a insurreição de 1956.

2 Entrevista de Krenz ao autor.

do sistema, Gorbachev tratou de promover a *Glasnost* (transparência), mediante a liberalização política do regime, e a *Perestroika* (reestruturação econômica), que consistia na reabilitação do mercado, na reforma monetária, de modo que o rublo se tornasse moeda conversível, e no reconhecimento de várias formas de propriedade como fundamento da eficiência econômica (FALIN, 1999, p.43). Valentin Falin, chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS e um dos assessores de Gorbachev, havia compreendido que “não havia responsabilidade onde o monopólio do Estado operava” e que alternativa não existia para a *Perestroika* (idem, p.60 e 84). O êxito dessas reformas – a *Glasnost* e a *Perestroika* – dependiam, entretanto, do relaxamento das tensões internacionais, mediante entendimento com os EUA, o que Gorbachev buscou, em 1987, visando a estabelecer acordos sobre desarmamento e controle de armas que lhe permitissem reduzir os gastos militares da URSS, estimados em 70 bilhões de rublos, isto é, em 15% do seu PNB (WHITE et al., 1990, p.181).

A distensão com o Ocidente correspondia à *Politik des Dialogs und des Realismus* pela qual Honecker se batera, porém implicava radicais mudanças nas relações da URSS com os demais países do Bloco Socialista, com inevitáveis reflexos sobre seus regimes como consequência das reformas econômicas e políticas que lá se aprofundavam. O objetivo de Gorbachev era construir a Casa Comum Europeia, superando a divisão dos blocos e acabando o conflito Leste-Oeste, conforme anunciou perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em julho de 1989. Com tal perspectiva, o Pacto de Varsóvia, em 1987, havia modificado sua doutrina militar e substituído a estratégia da “defesa ofensiva” para a “defesa defensiva” (FALIN, op.cit., p.146-155), e a revogação por Gorbachev da Doutrina Brejnev indicou que a URSS não mais se dispunha a intervir nos outros Estados do Bloco Socialista para defender seu regime político. Destarte, não somente os liberou como também os impeliu a abrirem e a reajustarem suas estruturas econômicas e políticas, na medida em que a URSS igualmente pretendia eliminar todos os subsídios concedidos aos Estados clientes, alcançaram a soma de 37 bilhões de rublos (5% do PNB), entre 1980 e 1988.<sup>3</sup>

Honecker divergiu. Não concordou com a *Glasnost* e a *Perestroika*. A RDA, segundo ele julgava, não carecia de reformas.<sup>4</sup> Sua situação, economicamente, afigurava-se a melhor dentre os países do Leste Europeu, porquanto o governo do SED, a fim de evitar que a alta de preços no mercado internacional afetas-

3 FALIN, 1999, p.1636. Entrevista de Günter Schabowski, membro do Politburo do SED, ao autor, Berlim, 25.1.1991.

4 Entrevista de Günter Schabowski, membro do Politburo do SED, ao autor, Berlim, 25.1.1991.

se o consumo interno, continuara a sustentar os padrões de vida da população com maciços subsídios, que aumentaram de 16,8 bilhões de marcos (orientais), em 1982, para 40,6 bilhões, em 1985 (DENNIS, 1988, p.146). Para Honecker era o bastante. E, imaginando que, por isso, contava com o apoio do povo, perguntava: "Qual dos países socialistas, no mundo, vai melhor do que nós?" (KRENZ, 1990, p.120). Seu argumento fundamental consistia no fato de que, embora possuísse menos terras cultiváveis do que a URSS, a RDA conseguira resolver o problema da alimentação, tanto que até exportava carne e manteiga (ANDERT, HEABERG, 1990, p.64), e o programa de construção de moradias (*Wohnungsbauprogramm*) constituía um êxito. O SED não precisava, portanto, aceitar as "soluções" de Gorbachev e "copiar" a *Perestroika* (idem, p.61, 64 e 78), que "não melhoraria", antes "pioraria" a situação econômica da URSS" (idem, p.67, 12). "Querem vocês *Perestroika* e *Glasnost* ou prateleiras cheias?" – Honecker indagava, cortando qualquer conversa sobre a necessidade de reformas na RDA (KRENZ, op. cit., p.120). Sua atitude era de desencanto com a URSS, onde ele percebia cada vez "menos socialismo" (idem, p.65), e considerava que o afastamento das "tradições revolucionárias" tinha consequências muito negativas, ao colocar em dúvida a validade de tudo o que os comunistas fizeram ou realizaram (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.80). Por tais motivos, os temas da *Perestroika* e da *Glasnost*, da mesma forma que os crimes de Stalin, constituíam tabu (SCHABOWSKI, 1990, p.36-37); jamais ocuparam as discussões do Politburo do SED, salvo raras e curtíssimas vezes, quando Honecker formulava suas próprias observações, sempre com ironia (idem, p.36). Se havia algum membro favorável a reformas na RDA ou mesmo na URSS, esse nunca se manifestou.

Entretanto, mais do que as divergências sobre os contatos com a RFA ou sobre a reaproximação entre a RDA e a China, as críticas de Honecker ao desenvolvimento da política interna na URSS molestaram enormemente Gorbachev. Elas fortaleciam a posição de seus inimigos dentro do PCUS – Yegor Ligachev e outros stalinistas – que se opunham à *Perestroika* e à *Glasnost* e buscavam, para combatê-las, o respaldo de influentes líderes comunistas, como Honecker, nos demais países do Bloco Socialista.<sup>5</sup> E Gorbachev não as podia aceitar. Sabia que sua experiência de democratização do regime e reestruturação da economia na URSS estava em perigo e notara que a sincronia com a RDA se tornava cada vez mais difícil. Aí, ao que tudo indica, a necessidade de remover Honecker da direção do SED entrou mais seriamente nas cogitações de Gorbachev. A obstinação de Honecker em preservar o modelo stalinista de socialismo dificultava o projeto

5 Entrevista de Günter Schabowski ao autor.

de construção da Casa Comum Europeia. E Gorbachev, em março de 1988, havia recebido relatórios sobre a possibilidade de que em três meses a situação na RDA podia desestabilizar-se (FALIN, op. cit., p.146-147). Sua dívida, entre 1970 e 1988, saltara para 123 bilhões de marcos orientais, e subira para DM 49 bilhões (TAYLOR, 2009, p.490). A RDA estava praticamente em bancarrota.

Contudo, como revogara a Doutrina Brejnev, deixando a cada partido comunista a responsabilidade pelo seu próprio rumo, Gorbachev não quis utilizar o Departamento Internacional do PCUS para influir sobre assuntos internos do SED. Por isto, na condição de chefe de governo, recorreu, provavelmente, ao KGB, de modo que, por meio do Stasi, articulasse o afastamento de Honecker. Condições para a consecução de tal objetivo, efetivamente, existiam. O Stasi fora organizado pelo KGB à sua imagem e semelhança, como se constituísse, na prática, uma de suas ramificações. E seus dirigentes, prussianos e alemães que privilegiavam a disciplina e a fidelidade, sempre lhe serviram mais fielmente e com maior diligência do que ao próprio governo do SED (TAYLOR, 2009, p.490). Essa era também consequência da educação stalinista e da formação ideológica que todos os militantes do SED tiveram, pois aprendiam a falar russo como segunda língua, depois do alemão, e foram treinados na devoção à URSS, a venerável "mãe-pátria do socialismo", e no endeusamento dos seus líderes, devendo obedecer, incondicionalmente, às diretrizes do PCUS. Atacar ou criticar a URSS significava o mesmo que traição ao socialismo. O antissovietismo representava um crime. Assim, ao colocar-se abertamente contra as reformas de Gorbachev, Honecker enveredou por um caminho bastante difícil; ele próprio estava a quebrar o monolitismo do Bloco Socialista, que tanto defendera. E isso ainda mais facilitava a influência do KGB, a fim de criar o clima favorável à sua substituição na secretaria-geral do SED.

Segundo todos os indícios, a articulação começou por volta dos últimos meses de 1986 e início de 1987, depois que Vladimir Kryuchkov, durante longos anos chefe da espionagem soviética, assumiu a direção-geral do KGB. Seu colega e amigo, Markus Wolf, chefe do serviço de espionagem exterior do Stasi (Hauptverwaltung Aufklärung), teria procurado o ministro da defesa da RDA, Heinz Kessler, a fim de convencê-lo de que a RDA, de qualquer modo, devia seguir o curso de Gorbachev (*Der Spiegel*, n. 15, 10.4.1989, p.59-61). Não se obteve confirmação de que tal conversa realmente acontecera ou não. Egon Krenz, que era membro do Politburo e secretário do Comitê Central para Segurança, disse desconhecer manifestações de Wolf a favor de reformas na RDA.<sup>6</sup>

6 Entrevista de Egon Krenz ao autor.

Porém, Schabowski atribuiu-lhe certo papel nas articulações contra Honecker, pois era o homem do Stasi que desfrutava da plena confiança do KGB,<sup>7</sup> e mantinha estreita ligação com Kryuchkov,<sup>8</sup> e o próprio Markus Wolf admitiu, implicitamente, que havia cooperado com os soviéticos para promover as mudanças, a partir da cúpula, como forma de preservar o socialismo (SCHMEMANN, 1989, apud GEDMIN, 1992, p.83-84). Sua atitude, aliás, fora consequente com todo o seu passado e nada tivera de estranho. Markus Wolf, apesar de nascido no sul da Alemanha, não apenas se tornara cidadão da URSS (GEDMIN, 1992, p.137-138; KOEHLER, 1999, p.76-80), onde crescera e se educara,<sup>9</sup> como sempre cumprira, excelentemente, as missões das quais o KGB o incumbia. Transmitia-lhe também todas as informações, tanto militares – sobre a Otan, o Exército da RFA etc. – quanto, principalmente, as de caráter econômico, industrial e tecnológico, coletadas pela espionagem do Stasi.<sup>10</sup>

Era natural que Kryuchkov, excogitando a derrubada de Honecker, falasse com Markus Wolf e o consultasse sobre o nome do dirigente comunista, na RDA, mais confiável para ocupar o cargo de secretário-geral do SED e a presidência do Conselho de Estado. Wolf, provavelmente, indicou o nome de Hans Modrow, secretário do SED no distrito de Dresden, que ainda não pertencia ao Politburo e com quem mantinha muito boas relações de amizade.<sup>11</sup> E, em fevereiro de 1987, retirou-se do Stasi para viver como pensionista, a pretexto de que pretendia cuidar do legado artístico de seu irmão Konrad, falecido em 1982, na condição de conhecido diretor de cinema e de presidente da Academia de Artes da RDA.<sup>12</sup> Sua renúncia provocou inúmeras especulações e Honecker considerou-a “surpreendente”, sempre “cético” quanto aos seus motivos (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.364-365), embora nenhuma ruptura entre os dois houvesse acontecido. Wolf negou que houvesse pedido ou recebido apoio para qualquer golpe contra Honecker, se bem que confirmasse haver sido acusado de conspirar com Modrow contra Honecker e manifestado a Valentin Falin, chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS, e a vários outros

dirigentes soviéticos suas preocupações quanto ao destino da RDA, advertindo-os de que o regime em Berlim Oriental estava à beira do ponto de ruptura.<sup>13</sup>

O próprio Falin, que avisara a Gorbachev e a Iakovlev, em 1987-88, sobre a intensiva e profunda decadência na RDA, revelou em suas memórias haver recebido informações de várias fontes, dizendo que o regime comunista lá chegara ao ponto crítico e a situação, a desestabilizar-se em crescente velocidade, estaria fora de controle em três meses, segundo um dos seus interlocutores (FALIN, 1995, p.480). Dúvida não há, portanto, de que Falin manteve estreito contato com Wolf (GEDMIN, 1992, p.91), cujo afastamento da direção do Haptverwaltung Aufklärung (HVA), o serviço de espionagem do Stasi, fora decerto aconselhado pelo KGB, possivelmente com o intuito de preparar a sucessão de Honecker.<sup>14</sup> E Markus Wolf fez a opção. Leal à URSS, preferiu Gorbachev a Honecker, cuja derrubada, segundo fontes dos serviços de inteligência do Ocidente, ele começara a articular desde os fins de 1986, forçando inclusive um incidente com Mielke, a fim de que fosse afastado da direção do HVA.

Ainda no correr daquele ano, 1987, Kryuchkov, a pretexto de passar férias, viajou diretamente de Moscou para Dresden, onde conheceu e conversou com Modrow,<sup>15</sup> sem levantar suspeitas, dado ser normal que os dirigentes do SED recepcionassem as autoridades soviéticas que chegavam às cidades da RDA. Modrow até então nunca fizera qualquer pronunciamento a favor da *Perestroika* e da *Glasnost*, muito menos de mudanças na RDA, o que inevitavelmente o incompatibilizaria com Honecker e o Politburo, levando-o a cair em desgraça. Mas, pouco tempo depois do encontro com Kryuchkov, os agentes do KGB começaram a construir sua imagem, plantando na imprensa da RFA algumas notícias que o apresentavam como reformista e favorável às ideias de Gorbachev.<sup>16</sup> Àquela época, a informação de que alguma transformação ocorreria na RDA e no quadro da Europa começou também a circular através de canais diplomáticos do Ocidente. E Honecker recebeu sinais de Washington (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.21). O embaixador da RDA em Moscou informou-o,

7 Entrevista de Schabowski ao autor.

8 Sobre as antigas conexões de Markus Wolf com a URSS, vide MURPHY *et al.*, 1997, p.137-138.

9 Seu irmão Konrad Wolf servira no Exército Vermelho, durante a Segunda Guerra Mundial.

10 Entrevista de Schabowski ao autor.

11 Schabowski, 1991, p.283-286. Sobre o tema vide Reuth e Bönnte, que obtiveram a mesma informação de outras fontes. Vide também GEDMIN, 1992, p.85.

12 Entrevista de Markus Wolf em *Der Spiegel* n. 1, 2.1.1989, p.60-61.

13 WOLF e McELVOY, 1997, p.21. As memórias de Markus Wolf, publicadas no Brasil a partir da tradução da versão publicada nos EUA, com a colaboração de Anne McElvoy, são mais resumidas do que as editadas na Alemanha, também em 1997.

14 Entrevista de Schabowski ao autor.

15 *Idem*. Vide também SCHABOWSKI, 1991, p.283-286. Também Gedmin confirmou, com base em diferente fonte, que, no verão de 1987, Kryuchkov viajou a Dresden, onde foi informado dos planos para dos reformadores na RDA, GEDMIN, 1992, p.117-118.

16 Entrevista de Schabowski ao autor.

igualmente, de que muitos autores soviéticos, em diferentes meios de divulgação, passaram a preceituar a tarefa de vencer a situação de existência de dois Estados alemães (ibidem). Gorbachev, de fato, pensava favorecer a neutralização dos países do Leste europeu, tais como Hungria e Tchecoslováquia, e permitir que os dois Estados alemães viessem a constituir uma espécie de confederação, abandonando respectivamente a Otan e o Pacto de Varsóvia, como primeiro passo para a ulterior e completa reunificação nacional. Seu objetivo consistia em superar o *status quo* bipolar, criado pela Guerra Fria, desarmar os blocos militares e possibilitar a edificação da Casa Comum Europeia, à qual a URSS se integraria, de modo pudesse participar das conquistas tecnológicas do Ocidente e elevar o padrão de vida e de conforto de seus povos, aumentando e melhorando a produção de bens e serviços. Isso implicaria, certamente, a democratização das estruturas econômicas e políticas de todos os países do Leste Europeu, membros do Comecon e do Pacto de Varsóvia.

O chamado "socialismo real", na RDA, também já esgotara, econômica e politicamente, todas as suas possibilidades de autossustentação e desenvolvimento. Suas condições, tanto internas quanto externas, estavam a exigir a radical transformação do sistema. Não propiciara à população os mesmos níveis de prosperidade e bem-estar alcançados pela RFA, dentro da economia social de mercado e da democracia política. Privara-a, ademais, de todas as liberdades, inclusive a de locomoção e de viagem, que sofria restrições até mesmo para outro país do Bloco Socialista. Nem o Muro de Berlim nem as cercas de arame farpado puderam ocultar da população da RDA as disparidades entre os dois Estados alemães. Ela falava a mesma língua que a população da RFA, possuía o sentimento pertencer à mesma nação e, ao receber informações de amigos e parentes ou ver as imagens da TV ocidental, cuja captação o governo do SED durante muito tempo tentou, sem êxito, impedir, percebia sua condição de inferioridade, depois de 40 anos de *real existierender Sozialismus*. Assim, as notícias sobre a *Perestroika* e a *Glasnost*, excitando, particularmente entre os intelectuais e artistas, a expectativa de que também mudanças pudessem ocorrer na RDA, contribuíram para aviventar em toda a população o forte e amplo descontentamento, abafado e contido, havia longo tempo, pelo terror dos órgãos de segurança e pela ameaça potencial representada pela presença das tropas soviéticas, contra qualquer tentativa de sublevação visando a modificar o *statu quo*. E a contradição entre a sociedade e o governo do SED aprofundou-se.

Grupos de resistência e oposição, como o *Arbeitsgruppe Staatsbürgerschaftsrecht der DDR* (Grupo de Trabalho dos Direitos Civis) e *Initiative für Frieden und Menschenrechte* (Iniciativa para a Paz e os Direitos Humanos) organizaram-se

com o apoio das Igrejas católica e luterana e, frequentemente, faziam alguma demonstração de inconformismo e de protesto. A mais significativa manifestação aconteceu em 17 de janeiro de 1988, quando o SED celebrava o 69º aniversário do assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, diante do *Gedenkstätte der Sozialisten* (Memorial dos Socialistas), em Berlim-Friedrichfelde. Algumas dezenas de militantes dos direitos civis, em presença de Honecker e da cúpula do SED, conseguiram expor, embora por breve momento, uma faixa com a frase de Rosa Luxemburg: "*Freiheit ist immer nur Freiheit des Andersdenkenden*" (Liberdade é sempre somente liberdade dos que pensam de modo diferente). O governo do SED não pôde tolerar sequer uma das sentenças com que Rosa Luxemburg, pouco antes de morrer, condenara, acerbamente, Lenin e Trotsky pelos rumos que imprimiram à Revolução Bolchevique, suprimindo a democracia política na Rússia. O Stasi logo capturou os manifestantes e levou-os para a prisão, em Berlim-Rummelsburg, de onde, alguns dias depois, retirou cerca de 55 e expulsou-os, juntamente com 41 de seus familiares, para Berlim Ocidental. Outros 11, que desejaram permanecer na RDA para que pudessem prosseguir com a luta pelos direitos civis, foram rapidamente submetidos a julgamento e condenados a cumprir penas entre seis a oito meses de prisão (*Der Spiegel*, n. 14, 25.1.1988, p.99-100; n. 5, 1.2.1988, p.18-27; n. 6, 8.2.1988, p.24-32). As práticas de Gorbachev e os interesses em conservar o bom relacionamento com a RFA inibiram o governo do SED de usar maior violência na repressão. E, seis meses após, Honecker atendeu ao pedido do bispo Gottfried Forck para que autorizasse o regresso da pintora Bärbel Bohley, mandada para a Grã-Bretanha, bem como do cenógrafo Werner Fischer (KRENZ, 1990, p.124-125).

O que aconteceu diante do *Gedenkstätte der Sozialisten* – a reivindicação de liberdade com as próprias palavras de Rosa Luxemburg – aumentou as tensões na RDA e levou o governo do SED a buscar maior entendimento com as Igrejas católica e luterana, com as quais tivera de estabelecer um *modus vivendi*, uma vez que não conseguira liquidá-las, não obstante todos os esforços e a dura repressão, sobretudo nos anos 1950.<sup>17</sup> Em março, o próprio Honecker convocou para um diálogo o bispo da Igreja Evangélica, Werner Leid, que então lhe pediu, antecipadamente, uma pauta dos problemas – econômicos, sociais, ecológicos e políticos – sobre os quais deveriam conversar. Entretanto, durante o encontro, o bispo Leid percebeu que Honecker estava completamente desinformado e nada

17 Entrevista de Lothar de Maizière, presidente do CDU-Oriental e ex-ministro-presidente da RDA – 1990, ao autor, Berlim. 11.2.1991. KNAUFF, 1980, p.179-182.

sabia sobre a real situação na RDA.<sup>18</sup> O fato era que ninguém tinha coragem de contar-lhe o que realmente acontecia tanto na economia quanto na sociedade.

A falta de liberdade era de tal modo que paralisava até mesmo o fluxo de informações dentro do próprio governo. O Stasi, com a sua imensa rede de agentes, informantes e colaboradores, estendida por toda a sociedade, conhecia, certamente, a dimensão dos problemas e sabia do crescente descontentamento que fermentava no meio do povo. Porém, as informações passavam por um processo de filtragem em cada escalão da hierarquia e paravam, finalmente, nas mãos do ministro para a Segurança do Estado, Erich Mielke.<sup>19</sup> O mesmo acontecia dentro do SED. Os quadros intermediários, em cada nível, também filtravam e minimizavam as informações, com medo de perder os postos e prejudicar suas carreiras.<sup>20</sup> Essa era a consequência do permanente regime de terror que funcionava com a percepção stalinista segundo a qual apontar as falhas e criticar os erros significava prestar serviço ao inimigo, um ato de traição, como se escamotear a verdade, com palavras pudesse modificar a realidade dos fatos. O *real existierender Sozialismus* alimentava-se da fantasia. E Honecker, como Pangloss, cria que a RDA era "*le meilleur des mondes possibles*",<sup>21</sup> a melhor das sociedades, que o povo estava satisfeito porque tinha comida e moradia e que os atos de protesto, como o que ocorreu nas homenagens a Rosa Luxemburg, constituíam manifestações de jovens e artistas antissociais. Para ele, o "mundo dos *Andersdenkenden*" (dos que pensam de modo diferente) não era o "mundo do socialismo" (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.37). Por isso, na medida em que, com a liberdade de imprensa, a abertura dos arquivos e a plena revelação dos crimes de Stalin, a democratização na URSS avançou, sua reação consistiu em tentar impedir que o povo se inteirasse do que acontecia na "mãe-pátria do socialismo". E proibiu a circulação da revista soviética *Neue Zeit* na RDA.

18 Entrevista de Lothar de Maizière ao autor.

19 Idem.

20 Entrevista do professor Manfred Kossok, da Universidade Karl Marx e membro do SED, ao autor, Leipzig, 30.1.1991

21 Voltaire, *Candide ou l'Optimisme*, em VOLTÁIRE, 1966, p.190-191. Este conto é uma sátira à doutrina do filósofo alemão Gottfried Leibniz, segundo a qual este era "*der besten aller möglichen Welten*" (o melhor dos mundos possíveis).

## CAPÍTULO 11

### HONECKER E A LUTA INTERNA NO KREMLIN – GORBACHEV, A RFA E A CASA COMUM EUROPEIA – A CONSPIRAÇÃO CONTRA HONECKER – O ÊXODO DA RDA – A PREVISÃO DE VERNON WALTERS – O DOSSIÊ SOBRE A COLABORAÇÃO DE HONECKER COM A GESTAPO – O PAPEL DE MIELKE NO COMPLÔ CONTRA HONECKER

Conquanto evitasse a confrontação aberta com a política de Gorbachev, Honecker jamais ocultou sua simpatia pelas forças conservadoras dentro do PCUS, as quais se lançaram à ofensiva, em março de 1988, ao promoverem a publicação pelo jornal *Sowjetskaja Rossija*, no qual uma obscura docente de pedagogia de Leningrado, Nina Andreieva, atacava duramente a *Glasnost* e a *Perestroika*. Essa carta, provocando uma torrente de manifestações de apoio, configurou um "manifesto antiperestroika" (FALIN, 1999, p.82-84) e constituiu evidente tentativa dos stalinistas de bloquear o curso das reformas na URSS (KRENZ, 1990, p.65). E o órgão oficial do SED, *Neues Deutschland*, reproduziu-a, o que demonstrou o estado de espírito de poderoso grupo do seu Politbüro, sob a influência de Honecker (ibidem). Entretanto, na URSS, a manobra fracassou. O *Pravda*, com a manifesta aprovação do Politburo do PCUS, publicou um artigo contra as ideias de Nina Andreieva, enquanto o *Sowjetskaja Rossija* publicamente se desculpava pela divulgação de sua carta. E Gorbachev, em outubro, obteve importante vitória contra seus adversários. Além de afastar do Politburo do PCUS cinco conservadores, entre os quais Vladimir Dolgikh, Mikhail Solomontzev, Piotr Demitschov e Andrei Gromiko, que também renunciou à presidência do Soviete Supremo, neutralizou Yegor Ligachev ao retirar-lhe o controle sobre os assuntos ideológicos.

A reação de Honecker diante do que acontecia na URSS consistiu em endu-  
recer ainda mais a posição do SED, sempre reafirmando que a RDA não devia  
copiar a *Glasnost* e a *Perestroika*. Não só continuou a impedir a apresentação de  
filmes e peças de teatro de autores soviéticos como proibiu a distribuição aos as-  
sinantes e a venda nas bancas da revista soviética *Sputnik* (uma espécie de *Digest*  
editado em muitas línguas), porque publicara um artigo sob o título "*Hätte es  
ohne Stalin Hitler gegeben?*" ("Sem Stalin teria Hitler existido?"), mostrando a  
corresponsabilidade dos comunistas, na Alemanha, pela ascensão do nazismo ao  
poder e a cumplicidade de Stalin com Hitler, em 1939. Essa medida, agravando  
a censura contra edições soviéticas, dificultou ainda mais o relacionamento entre  
Honecker e o governo de Moscou e também gerou, dentro da RDA, inúmeras  
manifestações de descontentamento e fortes protestos, inclusive das próprias  
bases do SED, cujo interesse pela revista *Sputnik* somente crescera depois que  
ela, a partir de 1988, começara a publicar artigos críticos e de revisão histórica.

O próprio Gorbachev, quando recebeu Honecker (junho de 1989) em Mos-  
cou, aconselhou-o, diplomaticamente, porém de modo muito claro para ser com-  
preendido, a promover reformas na RDA, dizendo-lhe, mesmo, que a direção  
do SED arcaria com a responsabilidade pelo que lá pudesse acontecer (FALIN,  
1995, p.483 e 488; 1999, p.157). Deixou evidente que outro 17 de junho de 1953  
não se repetiria. Doravante, as tropas soviéticas permaneceriam nas casernas,  
sem imiscuir-se nos assuntos interno da RDA, e os tanques não saíam às ruas  
de Berlim nem de outras cidades da RDA caso novo levante lá viesse a ocorrer  
(idem, p.483). Honecker, que pela primeira vez, durante a conversação, falou em  
*Perestroika*, redarguiu que as condições na Alemanha Oriental eram diferentes  
daquelas existentes na URSS, dando a entender que não promoveria qualquer  
reforma no regime comunista lá implantado (ibidem).

No entanto, nem a proibição da *Sputnik* nem outros atos de censura e re-  
pressão podiam impedir que os processos de reestruturação econômica e de-  
mocratização política, que se inter-relacionavam, atingissem a RDA, bem  
como os demais países do Leste Europeu. A URSS não só dera o exemplo ao  
desencadeá-los, como demonstrara, com a retirada das tropas do Afeganistão,  
que realmente não mais se dispunha a intervir onde quer que fosse e a sustentar,  
*manu militari* ou por outro meio, os comunistas no poder. Na verdade, de forma  
a recompor sua economia e salvar sua existência como Estado, a URSS sob a  
ameaça de desintegração, precisava abandonar os demais países do chamado  
Bloco Socialista – Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Bulgária e  
RDA – à própria sorte. E, em nenhum deles, os comunistas tinham condições  
econômicas, políticas e militares para manter o regime sem o apoio do Exército

soviético, que os ajudara a implantá-lo após a Segunda Guerra Mundial. Na  
Polônia, em face de uma onda de greves (1988), o governo do general Wojciech  
Jaruzelski não tivera alternativa senão estabelecer o diálogo com o sindicato  
Solidariedade, a principal força de oposição ao regime desde 1980 e, em meio à  
liberalização da economia, havia convocado para 19 de agosto de 1989 as primei-  
ras eleições livres, em que o POUP (comunista) perderia o monopólio do poder.  
Outrossim, na Hungria, cujo regime, tanto econômica quanto politicamente, já  
era o mais liberal, o POSH (comunista) aprofundava as reformas. Legalizara a  
oposição (janeiro de 1989), desmantelara a fronteira com a Áustria (maio), após  
receber da RFA, segundo Hans Modrow, um crédito de 500 milhões de marcos,<sup>1</sup>  
e reabilitara Imre Nagy (junho), que dirigira aquele país durante a insurreição  
de 1956 e fora executado em 1958, dois anos depois que os soviéticos o aprisio-  
naram, quando saía da Embaixada da Iugoslávia, onde se refugiara.<sup>2</sup> Até mesmo  
na Tchecoslováquia o Partido Comunista, não obstante sua posição contrária  
à *Perestroika* e à *Glasnost*, adotara certas políticas mais flexíveis e mais abertas,  
sobretudo para o reajuste da economia. Somente a RDA, do mesmo modo que  
a Romênia e a Albânia (que já se havia afastado, havia muitos anos, da órbita da  
URSS), não se mostrava sensível à necessidade de mudanças. A direção do SED  
preferia solidarizar-se com o PC da China pelo massacre dos estudantes que se  
manifestavam em defesa da democracia, na Praça da Paz Celestial (4.6.1989).

Entretanto, àquela altura dos acontecimentos, tornava-se evidente que a  
URSS não só não impediria como até mesmo desejava rápida transformação  
na RDA. Em janeiro de 1989, o ministro das Relações Exteriores da URSS,  
Eduard Schevardnadze, afirmara que o Muro de Berlim, símbolo da Guerra  
Fria e da divisão da Alemanha, era um "assunto interno" da RDA e que seu país  
não tinha o intuito de imiscuir-se em uma "questão interna" de dois Estados  
soberanos (SPITTMANN, 1990, p.151). No mês seguinte, outro importante  
membro do Politburo do PCUS, Alexander Iakovlev, disse: "Esse muro não é

1 MODROW, 1991, p.24. Sobre os acontecimentos na Hungria, vide ASH, 1999, p.47-60.

2 Em 23 de outubro de 1956, iniciada com uma grande manifestação estudantil, ocorreu uma  
sublevação contra o governo stalinista de Ernő Gerő, primeiro-secretário do POSH, e An-  
drás Hegedüs, primeiro-ministro, que fugiram para Moscou. Imre Nagy, da ala reformista  
do POSH, assumiu o governo, juntamente com János Kádár, e anunciando a neutralidade  
da Hungria e sua retirada do Pacto de Varsóvia, solicitou o apoio da ONU, mas as tropas  
soviéticas invadiram a Hungria e, da noite de 3 para 4 de novembro, ocuparam Budapeste. A  
sublevação foi sufocada. Kádár, Nagy e seus companheiros refugiaram-se na Embaixada da  
Iugoslávia, mas, quando a deixaram, foram presos. Imre Nagy foi executado e seu corpo foi  
clandestinamente sepultado.

nosso. Nós não o construímos. É uma coisa da RDA".<sup>3</sup> Com tais declarações, os dirigentes soviéticos demonstraram que a URSS não interferiria em qualquer decisão que os dois Estados alemães viessem a tomar, futuramente, a respeito de sua reunificação. Mas o próprio Gorbachev, poucos meses depois, admitiu que o Muro de Berlim poderia em breve desaparecer tão logo os pressupostos que determinaram sua construção fossem suprimidos, no que ele não via um "grande problema". E acrescentou que "nada é eterno" (*Veja*, 21.6.1959, p.59; SPITTMANN. op. cit., p.155). Esta declaração constituiu significativo avanço não apenas em relação às de Schevardnadze e de Iakovlev, como em relação à que ele mesmo fizera, oito meses antes (outubro de 1988) durante a visita de Kohl à URSS. Na ocasião, em resposta à observação de Kohl de que a Europa nunca estaria unida enquanto a Alemanha não se reunificasse, ele advertira que qualquer tentativa de mudar a realidade do pós-guerra geraria uma "situação imprevisível e até perigosa" (*Veja*, 2.11.1988, p.50-51).

Com vinte milhões de mortos na Segunda Guerra Mundial, a URSS sempre temera a ressurreição de uma Alemanha econômica e militarmente poderosa e até então só admitira a possibilidade de sua reunificação, mediante a adoção de um estatuto de neutralidade, semelhante ao da Áustria. Porém, mesmo com a perda de grande parte do território e da população do antigo Reich, a nação se reconstruíra como RFA, tornara-se, outra vez, uma das maiores potências econômicas e se rearmara ao integrar-se à Otan, enquanto a RDA, cuja política social carecia da necessária produtividade para respaldá-la, estava falida, dependia cada vez mais dos subsídios do governo de Bonn e só existia pela força que o Muro de Berlim representava. Porquanto, nem interna nem externamente, ela conseguira legitimar-se, não obstante, a partir de 1973, dezenas de países passarem a reconhecê-la como Estado soberano. A Alemanha, para todos, era a RFA, e esta, tanto econômica quanto politicamente, representava a potência-chave da Europa. Essa, a realidade, a despeito da vontade dos governos de Moscou, desde Stalin. Portanto, diante do agravamento da crise econômica na URSS e da urgente necessidade de erradicar os focos de tensão Leste Oeste era natural que Gorbachev tendesse a buscar profundo e sólido entendimento com o governo de Bonn, que lhe permitisse não apenas obter empréstimos e outros investimentos como também abrir politicamente o espaço para a construção da Casa Comum Europeia. E, para tanto, ele precisava vencer o *statu quo*, a situação de existência de dois Estados alemães, equacionando o destino da RDA, onde o SED,

intransigentemente, recalcitrava em promover a mudança de suas estruturas econômicas e políticas e assim obstaculizava a reformulação e o desenvolvimento das relações da própria URSS com o Ocidente.

Apesar de o Politburo do SED parecer monoliticamente fechado em torno das posições de Honecker, o fato era que vários dos seus membros entendiam que a RDA não devia contrapor-se à URSS e resistir ao curso das reformas que Gorbachev inspirava. O ministro para a Segurança do Estado, Erich Mielke, percebera, desde 1985, que a RDA não poderia afastar-se do caminho da *Perestroika*<sup>4</sup> e apresentou um relatório realista e crítico a Honecker, que se recusou a tomá-lo a sério (GEDMIN, 1992, p.85). Egon Krenz, secretário do Comitê Central para Segurança, pensava do mesmo modo que Mielke, embora evitasse discordar de Honecker, com receio de que suas boas relações se rompessem (KRENZ, 1990, p.121), o que lhe prejudicaria, inevitavelmente, a carreira como príncipe-herdeiro do governo da RDA. Nem eles nem outros ousavam expressar, francamente, suas opiniões ou mesmo alertar o Politburo para os problemas e as dificuldades com que a RDA se defrontava. Honecker logo qualificaria quem o fizesse como "*Panikmacher*" (fazedor de pânico). Era essa a atmosfera na cúpula do SED.

Entretanto, a partir dos meados de 1989, a evolução dos acontecimentos, interna e externamente, compeliu Mielke, Krenz, Günter Schabowski (membro do Politburo e primeiro-secretário do SED no distrito de Berlim), Siegfried Lorenz (primeiro-secretário do SED no distrito de Karl-Marx-Stadt) e talvez alguns mais a excogitarem seriamente o afastamento de Honecker da secretaria-geral do SED e da presidência do Conselho de Estado, como a única saída para a viabilização das mudanças que Gorbachev aconselhava e a própria sociedade da RDA, sobretudo, exigia.<sup>5</sup> A princípio, como não conheciam o pensamento um do outro, eles evitaram falar entre si sobre o assunto, com temor da acusação de divisionismo, traição etc., conforme as práticas do stalinismo.<sup>6</sup> Os primeiros a conversarem, ao que tudo indica, foram Krenz e Mielke, que estreitamente se relacionavam e melhor se conheciam.<sup>7</sup> Só depois, com a ativa participação de Krenz, Schabowski e Lorenz, as sondagens e as articulações se iniciaram e envolveram, no seu desdobramento, mais quatro membros do Politburo, ou seja, Kurt Hager, Harry Tisch, Werner Krolikowski e, finalmente, o próprio Willi Stoph.<sup>8</sup>

3 "Das ist ja nicht unsere Mauer. Nicht wir haben diese Mauer gebaut. Das ist eine Sache der DDR". Frankfurter Allgemeine Zeitung, 10.1.1989, apud SPITTMANN, 1990, p.151.

4 Entrevista de Egon Krenz ao autor.

5 Entrevistas de Egon Krenz e Günter Schabowski ao autor.

6 Entrevista de Günter Schabowski ao autor.

7 Idem, p.67.

8 Idem. KRENZ, 1990, p.143.

Já então agosto de 1989, a notícia sobre a enfermidade de Honecker se havia difundido e o governo do SED começava a perder o controle sobre os acontecimentos.<sup>9</sup> Milhares de cidadãos, que, desde a abertura da fronteira entre a Hungria e a Áustria (maio), fugiam da RDA, aglomeravam-se em Budapeste, onde pediam asilo à Embaixada da RFA. A *Abstimmung mit den Füßen* (votação com os pés) recresceu, avassaladoramente, depois que o governo da Hungria, em 11 de setembro, autorizou a saída de sete mil refugiados na direção do Ocidente. Essa decisão irritou a direção do SED (idem, p.169), impotente para impedir o êxodo de milhares de pessoas que abandonavam o território do *real existierender Sozialismus*, inclusive através das fronteiras da Tchecoslováquia, para entrar na RFA. Ao mesmo tempo, dentro da própria RDA, formaram-se diversos movimentos – Neues Forum (Novo Forum), Demokratischer Aufbruch (Advento Democrático), Demokratie Jetzt (Democracia Agora) e o Sozialdemokratische Partei (Partido Social-Democrata) – e o clamor pelas reformas intensificou-se.

Uma semana antes da autorização do governo da Hungria para a saída dos refugiados da RDA, o embaixador dos EUA em Bonn, Vernon Walters,<sup>10</sup> declarou à imprensa que a existência de duas Alemanhas não era normal e que, em pouco tempo, elas se reunificariam (*International Herald Tribune*, The Hague, 4.9.1989). O governo norte-americano, acompanhando por meio dos seus órgãos de inteligência a evolução da política de Gorbachev, esperava seguramente que o panorama da Europa passasse por grandes e significativas transformações.<sup>11</sup> E o embaixador Walters previu a reunificação da Alemanha, segundo ele, com base na avaliação de que o governo do SED, sem contar com o suporte militar da URSS, não teria condições de defender e preservar sua existência mediante seus próprios meios de repressão e de domínio, diante da crescente movimentação de massas protestando e fugindo da RDA. De fato, Gorbachev, ao evacuar as tropas soviéticas do Afeganistão, demonstrara, efetivamente, que a Doutrina Brejnev estava obsoleta.<sup>12</sup> A declaração do embaixador Walters assustou o próprio Departamento de Estado, onde alguns círculos temeram que ela pudesse prejudicar as possibilidades de reformas na RDA.<sup>13</sup>

9 Entrevista de Lothar de Maizièrre ao autor.

10 Vernon Walters era tenente-general do Exército americano e pertencia à DIA (serviço de inteligência militar). Participou da articulação de diversos golpes de Estado, em vários países, e, como adido militar na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, desempenhou decisivo papel na articulação do golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1964.

11 Entrevista de Vernon Walters, embaixador dos EUA no RFA, ao Autor, Bonn, 14.2.1991.

12 Idem.

13 Idem.

Honecker, durante uma conferência dos secretários do Comitê Central com os secretários de distritos do SED, atribuiu a responsabilidade pela complicação da crise à abertura das fronteiras da Hungria e a um plano da OTAN (KRENZ, op. cit., p.206), que visaria a preparar o caminho para a criação do Quarto Reich (ANDERT, HERZBERG, 1990, p.22-24). Entretanto, nem os EUA nem a RFA, quer isoladamente quer através de plano da Otan, possuíam condições e meios para desencadear ou mesmo determinar a evolução daquela crise, cujo agravamento obedeceu à sua própria dinâmica dentro da RDA. Pelo contrário, se interferência externa houve, esta partiu da URSS. Fortes evidências acumularam-se de que Gorbachev encorajou, pelo menos, as articulações para o afastamento de Honecker, cuja presença na secretaria-geral do SED e na presidência do Conselho de Estado obstruía o processo de reformas na RDA. O próprio Krenz, conquanto negasse a intromissão de Gorbachev nos assuntos internos do SED, revelou que ele dera ideias e queria que a mudança ocorresse sem traumas.<sup>14</sup> Era compreensível sua posição. Gorbachev pretendia manter certo controle sobre a RDA, onde a URSS tinha grandes interesses, inclusive cerca de 380 mil soldados estacionados, a fim de conservar seu poder de barganha quando tivesse de negociar com o governo de Bonn a reunificação da Alemanha. Por isto seu candidato à direção do SED e à Presidência do Conselho de Estado era Hans Modrow, que nem pertencia ao Politburo, e essa informação, àquele tempo, já circulava no Ocidente (SPITTMANN, 1990, p.154; *Der Spiegel*, n. 46, 13.11.1989, p.25). Como não lhe convinha, porém, explicitar o conflito com Honecker, Gorbachev, depois de sondagem feita junto a Krenz por Vladimir L. Mussatov, diretor-substituto do Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS, decidiu atender ao convite para visitar Berlim Oriental e participar das comemorações do 40º aniversário da fundação da RDA, nos dias 6 e 7 de outubro.

Já então a situação interna da RDA rapidamente se deteriorava. A fuga em massa de cidadãos, a avolumar-se cada vez mais, prosseguia, sobretudo através da fronteira com a Tchecoslováquia, e algumas centenas de refugiados aglomeravam-se dentro das próprias Embaixadas da RFA, em Praga e em Varsóvia. Até princípios de outubro, cerca de 18.000 haviam passado da Tchecoslováquia para a RFA, cujo ministro das Relações Exteriores, Hans-Dietrich Genscher, estivera em Praga e, pessoalmente, fizera as sugestões para a liberação do trânsito. Essa evasão de milhares de trabalhadores e profissionais de todas as categorias começava a desorganizar e a paralisar a produção e os serviços na RDA,

14 Entrevista de Egon Krenz ao autor, cit. 22.

onde o governo do SED também fracassava em seus esforços, apesar da brutal repressão policial para impedir que as multidões, nas ruas, exigissem liberdade e reformas. E a visita de Gorbachev, durante a comemoração da 40ª aniversário de fundação da RDA, ocorreu em meio a tais demonstrações, que recresciam em Berlim Oriental, Leipzig, Dresden, Jena, Plauen, Potsdam e outras cidades, com milhares de pessoas a gritarem "Gorbi, Gorbi, Gorbi" ou "Wir sind das Volk" (Nós somos o povo). Na ocasião, durante o encontro com o Politburo do SED, ele falou, demoradamente, sobre os problemas com que a URSS se defrontava e, ao final, observou: "Wer zu spät kommt, den bestraft das Leben" (Quem vem tarde demais, a vida castiga). Esta frase afigurou-se como uma advertência e constituiu o sinal de alerta para que a oposição, dentro do Politburo do SED, acelerasse as articulações, com o objetivo de mudar o governo e os rumos da RDA (SCHABOWSKI, 1990, p.71-78; KRENZ, 1990, p.85-96).

O que Honecker chamou de "Grossangelegtes Manöver" (manobras de grande envergadura), insinuando que a longa mão de Moscou estava por detrás da "konspirative Tätigkeit" (atividade conspirativa) para derrubá-lo (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.20-22), começou, efetivamente, depois da visita de Gorbachev a Berlim Oriental. Mielke havia decidido usar a força, se necessário, para remover Honecker do governo. Chegara a elaborar planos de ação, inclusive listas de pessoas a serem presas e internadas, conforme informações de um desertor do Stasi (WEYMOUTH, 1990, p.6). Não sem razão, Honecker, posteriormente informado, responsabilizou-o pela preparação de "eines innerparteilichen und auch staatlilchen Putsches" (um golpe dentro do partido e também do Estado) (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.375). Moscou, porém, se opôs à utilização da força para desestabilizar a RDA. Assim, a estratégia consistiu em forçar o afastamento de Honecker, sem dividir o Politburo e o Comitê Central (WEYMOUTH, op. cit., p.6), o que, se acontecesse, poderia acarretar consequências imprevisíveis, porquanto alguns setores do SED e do Stasi advogavam o emprego de maior violência para reprimir as manifestações de protesto e garantir a ordem. O aguçamento das tensões atingira tal nível que Egon Krenz, com a autoridade de secretário do Comitê Central para Segurança, teve de atuar, a fim de impedir que um banho de sangue ocorresse quando, no dia 9 de outubro, cerca de duzentas mil pessoas saíram às ruas de Leipzig fazendo vigorosa demonstração contra o governo do SED (*Der Spiegel*, n. 46, 13.11.1989, p.22; SPITTMANN, 1990, p.156).

Diante de tal situação, se dentro do Politburo e do Comitê Central seus membros dissentissem, muito dificilmente se poderia afastar a ameaça de uma guerra civil. E o único homem capaz de evitar a cisão na cúpula do SED era Willi

Stoph. Aí sua participação no complô tornava-se fundamental. Na condição de ministro-presidente, ele encarregar-se-ia de propor a substituição de Honecker e, como não era considerado reformista, possuía ainda maior autoridade para conservar a unidade do Politburo e do Comitê Central.<sup>15</sup> Mielke dar-lhe-ia o decisivo respaldo, com uma arma à qual poderia recorrer, em caso de resistência, e definir, fulminantemente, o resultado da contenda. Tratava-se do processo a que Honecker respondera durante a ditadura de Hitler, e do seu prontuário na penitenciária de Brandenburg-Görden, onde permanecera dez anos, de 1935 a 1945, com as provas de que ele revelara aos nazistas nomes de outros camaradas do KPD, o que permitiu à Gestapo capturá-los. Esse dossiê Mielke levou para a reunião do Politburo, dentro de uma pasta vermelha, que colocou ao seu lado (SCHABOWSKI, 1990, 105-106).

De acordo com certas informações, algum espião do Stasi havia retirado esse dossiê dos arquivos da RFA, onde se encontrava juntamente com toda a documentação da Gestapo, e entregara-o a Markus Wolf, que o entregou diretamente a Mielke (FRICKE, 1991, p.5-7). Günter Schabowski confirmou sua existência, mas, de acordo com sua versão, o dossiê fora encontrado por um grupo de pesquisadores, quando levantaram no Instituto de Marxismo-Leninismo os documentos para a elaboração da biografia de Honecker, e algum deles, agente ou colaborador do Stasi, levou-o às mãos de Mielke, que resolveu guardá-lo.<sup>16</sup> Talvez a fraqueza de Honecker ou "vacilação", segundo Krenz admitiu,<sup>17</sup> diante dos nazistas, decorresse de sua inexperiência, como jovem de 23 anos, quando caiu preso, e das terríveis técnicas de interrogatório então utilizadas,<sup>18</sup> embora haja indícios de que ele cooperara ainda mais firmemente com a Gestapo; consta que, no início de 1945, teria fugido da prisão e a ela regressado, voluntariamente, sem que nada lhe acontecesse, o que era impossível no tempo do nazismo, se não houvesse confiança.<sup>19</sup> Porém, de qualquer modo, o simples fato de que Honecker "vacilara" e entregara nomes de camaradas, possibilitando sua prisão, significava o mesmo que colaborar com a Gestapo, prestar serviço ao inimigo, por conseguinte, um ato de traição, conforme o código de conduta dos comunistas. Se o dossiê fosse divulgado, ainda que atingisse também a imagem de

15 Entrevistas de Günter Schabowski e Egon Krenz ao autor.

16 Entrevista de Günter Schabowski ao autor, Berlim, 21.2.1991.

17 Entrevista de Egon Krenz ao autor.

18 Entrevista de Günter Schabowski ao autor, Berlim, 21.2.1991.

19 Entrevista do Dr. Jürgen Aretz, Leiter der Unterabteilung Grundsatzfragen, Bundesministerium für innerdeutsche Beziehungen, ao autor, Bonn, 15.3.1991.

todo o SED, desmoralizaria Honecker, que se vangloriava de seu passado como corajoso combatente antifascista. Alternativa ele não teria senão renunciar.<sup>20</sup>

A historiadora da RDA, Monika Kaiser, em 1989/90, foi encarregada pelo Ministério Público de Berlim Oriental de analisar os protocolos dos interrogatórios da Gestapo e as atas do processo de 1937, com base em cópias existentes no arquivo central do SED. Ela percebeu várias diferenças entre esses documentos – da Gestapo e do processo – e o currículo oficial de Honecker, e constatou que ele se mostrou “sumamente cooperativo” (*äußerst kooperativ*) e “loquaz” (*gesprächig*) com a Gestapo e com os investigadores durante os interrogatórios (VÖLKLEIN, 2003, p.125; SACHSE, 2003). A conclusão de Monika Kaiser, no relatório intitulado *Historisches Gutachten zu ausgewählten Seiten der Entwicklung Erich Honeckers bis 1946*<sup>21</sup> foi a de que Honecker havia glorificado sua biografia, distorcendo alguns fatos e exagerando sua importância no movimento antifascista. Após reunificação da Alemanha, o dossiê foi examinado pelo secretário de Estado do Ministério da Justiça da RFA, Klaus Kinkel, bem como pelo *Kanzler* Helmut Kohl, e terminou depositado no Arquivo Federal (*Bundesarchiv*), em Berlim (SACHSE, 2003).

Mielke, a quem Honecker, posteriormente, acusou de um dos “iniciadores” da ofensiva contra a linha de “unidade da economia e da política social”, introduzida pelo VIII Congresso do SED, e de poder apoiar-se, pelos vistos, em um conselheiro soviético (sem dúvida, do KGB), instalado no seu órgão, o Ministério para Segurança do Estado,<sup>22</sup> ingressara no KPD, em 1927, e pertencera à guarda de proteção pessoal de Ernest Thälmann, secretário-geral do KPD ao tempo da República de Weimar, quando, juntamente com outro companheiro, Erich Ziemer, matou, em 1931, o capitão Franz Lenck, em um choque com a polícia (KOEHLER, 1999, p.38-41). Ao escapar para Moscou, servira à Tcheca (órgão de segurança soviético, predecessor do KGB), participara das Brigadas Internacionais, que lutaram na guerra civil da Espanha (1936-1939), depois retornara à URSS, onde se incorporara ao Exército Vermelho, em cujas fileiras combatera as tropas de Hitler. Só regressara à Alemanha ao término da Segunda

20 Entrevista de Günter Schabowski ao autor, Berlim, 21.2.1991. Vide também SCHABOWSKI, 1991, p.296 e 270. Sobre a reunião do Comitê Central do SED vide PRZYBYLSKI, 1992, p.121-134.

21 “Parecer histórico sobre aspectos escolhidos da evolução de Erich Honecker até 1946”.

22 “Er gehörte praktisch zu den Initiatoren des Angriff gegen eine Politik, wie sie vom VIII Parteitag unserer Partei eingeleitet wurde, das heißt der Einheit von Wirtschafts- und Sozialpolitik. Man konnte sich dabei auch offenbar stützen auf die sowjetischen Berater in seinem Ministerium, in seinen Organen” ANDERT e HERZBERG, 1990, p. 374-375.

Guerra Mundial. Com essa folha de serviços, Mielke havia recebido todas, e as mais altas, condecorações soviéticas: a Ordem de Lênin, Ordem da Revolução de Outubro, Herói Soviético e outras; tornou-se, segundo Honecker, uma das personalidades mais consideradas em Moscou (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.376). Obviamente, da mesma forma que Markus Wolf, Mielke, o chefe do Stasi, “*ein Staat im Staat*” (um Estado dentro do Estado), era, acima de tudo, Mielke, leal à URSS e não atuaria contra Honecker, se isso não correspondesse aos desejos do KGB. Inegavelmente, foi ele que desempenhou, por trás dos bastidores, no *Hintergrund*, o mais relevante papel em toda a trama, na condição de “*Regisseur des Wechsels*” (diretor de mudanças) (*Der Spiegel*, n. 43, 23.10.1989, p.16-23; n. 44, 30.10.1969, p.18-28).

## CAPÍTULO 12

**A RENÚNCIA DE HONECKER E A ASCENSÃO DE KRENZ –  
AS MANIFESTAÇÕES NA RDA CONTRA O GOVERNO DO SED –  
A ATUAÇÃO DO KGB – A RENÚNCIA AO MONOPÓLIO DO PODER  
E A CRISE INTERNA NO SED – A ABERTURA DO MURO DE BERLIM**

A queda de Honecker estava madura, conforme Mielke percebera.<sup>1</sup> Ele perdera quase todo o prestígio, de sorte que não apenas 50%, senão cerca de 90% das próprias bases do SED aclamariam sua substituição na chefia do governo (KRENZ, 1990, p.157). Essa mudança, abrindo caminho para as reformas democráticas, não devia demorar. Se logo não ocorresse, o agravamento da crise poderia conduzir a RDA a uma tragédia de grandes proporções, com a eclosão, talvez, de uma guerra civil, dado que as demonstrações de protesto diariamente recresciam em todas as cidades, e não só Honecker como muitos dirigentes do SED, do Stasi e da Volkspolizei (Polícia do Povo), cada vez mais nervosos e com os ânimos exacerbados, queriam usar a violência para reprimi-las. Em 15 de outubro, milhares de pessoas saíram às ruas de Halle e Plauen, exigindo a democratização e a renovação da RDA. No dia seguinte, Egon Krenz, com o apoio do general Fritz Streletz, teve de agir junto a Honecker, a fim de evitar que ele autorizasse o recurso à violência para reprimir ou conter uma demonstração

<sup>1</sup> Entrevista de Egon Krenz ao autor.

de 200 mil pessoas em Leipzig.<sup>2</sup> Em tais circunstâncias, quando Willi Stoph, no dia 17 de outubro, propôs ao Politburo do SED, como primeiro ponto da agenda, o afastamento de Honecker das funções que exercia, não houve qualquer resistência. Nem dele próprio. E Mielke não precisou revelar o dossiê sobre seu comportamento na penitenciária de Brandenburg-Görden. Apenas ameaçou. No momento em que Honecker fez um gesto, sinalizando que ele não deveria ir adiante com sua exposição, Mielke, que levava o dossiê para a reunião dentro de uma pasta vermelha, colocada ao seu lado, gritou que ainda poderia “abrir a boca e contar coisas que a todos estarreceriam”.<sup>3</sup> A queda de Honecker configurou um golpe político desfechado pelos demais *Apparatschiks*, que sempre lhe foram submissos, porém, diferentemente dele, haviam percebido que o regime instituído pelo SED estava condenado e não mais tinha condições de subsistir (VÖLKLEIN, 2003, p.372-373). Honecker, no entanto, não caiu sozinho. O Politburo entendeu que Günter Mittag, secretário do Comitê Central para Economia, e Joachim Herrmann, secretário do Comitê Central para Agitação e Propaganda, deveriam, igualmente, pedir demissão de seus respectivos cargos.

A renúncia de Honecker, formalizada em 18 de outubro durante a 9ª Reunião do Comitê Central, afastou, segundo Krenz, a enorme possibilidade de que uma guerra civil pudesse ensanguentar a RDA.<sup>4</sup> Não amainou, porém, o descontentamento e a agitação. A escolha de Krenz, que, entretantes, estivera em Moscou e conversara com Gorbachev (ANDERT, HERZBERG, 1990, p.34-35), para o cargo de secretário-geral do SED frustrou a expectativa do povo. Não obstante prometer, ao falar pela televisão, que enviaria à Volkskammer (Câmara do Povo) novo projeto de lei, visando a liberalizar as viagens ao exterior,<sup>5</sup> Krenz a ninguém convencia de que era realmente favorável às reformas democráticas. Sua imagem estava bastante desgastada. Como secretário do Comitê Central para Segurança, ele se identificara com as atividades repressivas do Stasi, presidira as eleições comunais de 4 de maio de 1989, cujos resultados foram fraudados, e fizera infelizes declarações, solidarizando-se com o governo chinês pelo mas-

2 SCHABOWSKI, 1990, p.90; Krenz, 1990, p.138-141; Carta de Krenz a Honecker, publicado sob o título “Die Karre steckte tief im Dreck”, em *Der Spiegel*, n. 16, 1.2.1991, p.54-61.

3 “Da hat Honecker mal eine Regung gezeigt, die Mielke signalisierte, er solle die Klappe nicht so weit aufreißen. Daraufhin schrie Mielke, er würde noch mal auspacken und erzählen, da würden wir uns noch wundern”. SCHABOWSKI, 1990, p.105-106. Esse episódio foi contado também em SCHABOWSKI, 1992, p.269-270, e reproduzido por REUTH e BÖNTE, 1993, p.117-118.

4 Carta de Krenz a Honecker, em *Der Spiegel*, n. 6, 1.2.1991, p.54-61.

5 “Krenz an die Bürger”, em *Taz*, DDR, Journal zur November Revolution, August bis Dezember, 1989, p.53.

sacre dos estudantes na Praça da Paz Celestial. Além do mais, na condição de príncipe-herdeiro, fora o candidato do aparato, cuja pretensão de representar o povo e continuar como seu tutor as massas nas ruas repeliam, clamando “*Wir sind das Volk*” (Nós somos o povo).

O povo da RDA queria acabar aquela “*Cliquenwirtschaft*” (política de clique, de súcia), a “*Diktatur einer Handvoll Politiker*” (ditadura de um punhado de políticos), expressões que Rosa Luxemburg utilizara, ao prever a degenerescência da Revolução Russa em consequência da supressão da democracia política por Lenin e Trotsky. Queria liberdade e o direito de autodeterminar seu destino, mediante a realização de eleições livres. E por isso, ao mesmo tempo em que o êxodo para a RFA continuava, as demonstrações de massas, em todas as cidades da RDA, não só também prosseguiram como ainda mais recrudesceram. Em 20 de outubro, dois dias após a divulgação da notícia sobre a queda de Honecker, manifestações populares ocorreram em Dresden (cerca de cinquenta mil participantes) e em Karl-Marx Stadt (Chemnitz); no dia 21, mais de trinta mil pessoas em Plauen e cerca de dez mil em Berlim Oriental saíram às ruas, bem como em outras cidades, reclamando reformas democráticas; nos dias 22 e 23, as demonstrações sucederam, outra vez, em Berlim Oriental, Dresden, Halle, Greiz, Zwickau, Stralsund, Eisenach, Schewerin e Magdeburg; em Leipzig, o número de manifestantes sintonizou-se entre duzentos e trezentos mil; no dia 24, quando a Volkskammer elegera Krenz para os cargos de Presidente do Conselho de Estado (com 26 votos contra e 26 abstenções) e de Presidente do Conselho de Defesa Nacional (com 8 votos contra e 17 abstenções); as demonstrações de protesto reproduziram-se em Berlim Oriental (12.000 participantes) e, em 26 de outubro, elas se estenderam a Rostock, com cerca de 25.000 pessoas nas ruas, Erfurt, com 15.000, e Gera, com 5.000.

Esse crescente alude de massas acuou cada vez mais a direção do SED, que não podia reprimi-lo nem contê-lo pela violência, porquanto sabia que não contava com o apoio das tropas, que somente interviriam em caso de ataque externo, isto é, um assalto da população ocidental ao Muro de Berlim.<sup>6</sup> Não lhe restava, consequentemente, senão a alternativa de buscar o diálogo com os bispos da Igreja e descer também às ruas, para debater diretamente com as correntes de oposição suas reivindicações. Schabowski, primeiro-secretário do SED no distrito de Berlim Ocidental e membro do Politburo, foi dos que mais se destacaram nessa tarefa. Modrow, embora menos, também. E até Markus Wolf, o ex-chefe do serviço de espionagem do Stasi, reapareceu, acusando a direção

6 Entrevista do embaixador dos EUA, Vernon Walters, ao autor.

do SED de somente virar o rosto para o povo quando estava encostada contra a parede.<sup>7</sup> Nada, porém, conteve o movimento de protesto. Cerca de meio milhão de pessoas afluíram às ruas de Leipzig, no dia 30 de outubro, véspera da primeira visita oficial de Krenz como secretário-geral do SED e presidente do Conselho de Estado a Moscou, que desde logo lhe dera todo o apoio. Os embaixadores da URSS receberam do chanceler Eduard Schewardnadse a instrução para que comunicassem aos países ocidentais que o novo homem (Krenz) no governo da RDA merecia confiança da URSS e orientar-se-ia pela Ata de Helsinque.<sup>8</sup>

Evidentemente, Alexander Iakovlev, membro do PCUS e um dos principais responsáveis pela *Perestroika*, não falou toda a verdade ao afirmar que “os dirigentes soviéticos não tiveram qualquer envolvimento” com a substituição ou a designação de qualquer governante comunista nos países do Leste europeu, e que, embora dispusessem de “informações precisas” sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolavam, não tentaram influenciar seu curso (IAKOVLEV, 1991, p.98). Nem a lógica nem os fatos comprovaram absoluta isenção, que possivelmente existiu em face da Polônia e da Hungria, onde o processo de reformas evoluía sem defrontar-se com maiores obstáculos, mas não nos casos da Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia e, sobretudo, RDA, cujos dirigentes não só resistiram como a combateram a *Perestroika*, com todas as suas forças, opondo-se aos objetivos econômicos e políticos, tanto internos quanto externos, da URSS. Era natural que Gorbachev instrumentalizasse o KGB, que possuía todos os meios e condições para desestabilizá-los e removê-los, inclusive por meio de ações encobertas e operações de desgaste, se necessário. Para empreendê-las, os cidadãos soviéticos não precisavam aparecer. O KGB sempre contara com agentes nacionais, tais como Erich Mielke e Markus Wolf, instalados nos órgãos de inteligência de cada país do Leste europeu e que transmitiam aos dirigentes soviéticos “informações precisas” exatamente porque participavam das articulações. Iakovlev apenas tergiversou ao dizer que a “intervenção oculta” do KGB naqueles países do chamado Bloco Socialista teria sido descoberta, se houvesse existido (idem, 1991, p.95-98).

Era sabido e amplamente comentado em Praga, Bucareste, Sófia e Berlim Oriental que a sublevação de novembro (Revolução de Veludo), na Tchecoslováquia contra o governo stalinista do primeiro-ministro Ladislav Adamec fora encorajada pelo KGB, conforme o próprio vice-ministro do Interior da

7 “Die Führung dreht das Gesicht erst zum Volk, wenn sie mit dem Rücken an der Wand steht”. Apud SPITTMANN, 1990, p.158.

8 Entrevista de Egon Krenz ao autor.

Tchecoslováquia daquele país, Jan Rumi, denunciou.<sup>9</sup> Mas documentos e outras provas sobre operações secretas dos serviços de inteligência dificilmente apareceram ao longo da história, o que não significa que as grandes potências – e mesmo as menores – não as promoveram com muito maior frequência. Os próprios fatos incumbiram-se de evidenciar que não só o KGB como Gorbachev, diretamente, tiveram decisiva influência tanto na queda quanto na sucessão de Honecker, uma vez que à URSS interessava manter sob controle a evolução dos acontecimentos na RDA, que se revestia de fundamental relevância, ao contrário dos demais países do Leste Europeu, para suas negociações econômicas e políticas com a RFA.

Havia muito tempo, o nome de Modrow, primeiro-secretário do SED no distrito de Dresden, já circulava, na mídia ocidental, como o favorito de Moscou para substituir Honecker no governo da RDA.<sup>10</sup> Não se tratava de mera especulação, pois ele sequer ainda pertencia ao Politburo e não podia constar, portanto, da lista oficial dos possíveis candidatos aos altos cargos do partido e do Estado, mas, sim, de informação que tinha como fonte, seguramente, o KGB. Tanto isso era certo que quando Krenz, já na condição de sucessor de Honecker, visitou Moscou oficialmente, em 10 de novembro, Gorbachev recriminou o fato de que o SED estava a tratar mal Modrow, o que o admirava, e acentuou que era preciso dar-lhe maior importância e atenção.<sup>11</sup> Sem dúvida alguma, ele não deu uma ordem, mas tal comentário, a entremostrando seu desejo, adquiria o peso de uma forte recomendação, a respaldar o nome articulado pelo KGB, por sugestão de Markus Wolf. Logo Krenz lhe respondeu que o Comitê Central, na sua próxima reunião, elegeria Modrow para o Politburo e ele se tornaria o ministropresidente, no lugar de Willi Stoph,<sup>12</sup> que ainda não renunciara ao cargo e talvez nem sequer soubesse que seu destino seria acompanhar Honecker no ostracismo.<sup>13</sup>

9 Em entrevista concedida a Jan Malina, publicada em 29 de agosto de 2004, o dissidente tcheco, ultraconservador, declarou que a chamada Revolução de Veludo ou Revolução de Novembro de 1989, na Tchecoslováquia, não foi de nenhum modo uma revolução anticomunista; foi um golpe organizado pela “ala reformista do KGB russo”. *Historical Deceptions: Fall of Communism – From the World Affairs Brief*: <http://www.worldaffairsbrief.com/keytopics/Communism.shtml>

10 (SPITTMANN, 1990, p.154; *Der Spiegel*, n. 43, 23.10.1989, p.21; n. 46, 13.11.1989, p.25)

11 Entrevista de Egon Krenz ao autor. Entrevista de Günter Schabowski ao autor, em 25.1.1991.

12 Idem.

13 O autor tentou também obter uma entrevista com Willi Stoph, mas seu advogado, Dr. Horst Ziggel, alegou que ele não podia concedê-la, em virtude do processo a que respondia perante a justiça alemã.

Essa fórmula, obviamente, visava a contemplar os desejos de Moscou e, ao mesmo tempo, permitir que Krenz continuasse a enfeixar em suas mãos todo o poder, como secretário-geral do SED, Presidente do Conselho de Estado e presidente do Conselho de Defesa Nacional; o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, ou seja, de ministro-presidente, até então ocupado por Willi Stoph, era mais decorativo, pois a vontade política, que conduzia o Estado e o governo, emanava, de fato, de quem detinha o comando do partido, seu secretário-geral. Assim sempre fora na RDA, como de resto em todos os países do Leste europeu, cujos regimes políticos o stalinismo rigorosamente modelara. Mas o aprofundamento da crise abalava todas as estruturas da RDA. E Krenz, mesmo que merecesse a confiança de Gorbachev, não mais tinha condições de conservar o poder, porquanto se identificara, como membro do Politburo, com toda aquela política de *clique*, que as multidões nas ruas repulsavam. Por outro lado, Modrow, conquanto igualmente fosse um *Apparatschik* e nunca houvesse dissentido de Honecker, com o qual sempre mantivera boas relações, nunca integrara o Politburo nem morava em Wandlitz, onde as autoridades da RDA luxuosamente residiam, e sim em um apartamento de três quartos, localizado em Dresden. Esta constituía sua enorme vantagem<sup>14</sup> na competição com Krenz, uma vez que ele se afigurava, de um modo ou de outro, como um reformador, disposto a renovar a RDA, segundo a imagem construída pelo KGB pela mídia ocidental. Modrow gozava da fama de homem simples e honesto por não estar envolvido com a corrupção ou abusos administrativos, ao passo que todo o Politburo estava desmoralizado.

De fato, não somente o Politburo, também todo o SED estava desmoralizado e não possuía força suficiente para conservar o monopólio do poder, que Krenz insistiu em defender, ao divulgar, em 3 de novembro, seu *Aktionsprogramm*, com várias promessas de liberalização, tanto econômicas quanto políticas.<sup>15</sup> Nesse ponto, sua posição foi inflexível. Ele rechaçou qualquer possibilidade de que o SED viesse a renunciar ao *führende Rolle* (papel dirigente), estabelecido no Art. 1º da Constituição da RDA, o que significava, teórica e praticamente, que o regime stalinista sobrevivera em sua essência, apesar de todas as concessões. Porém, no dia seguinte, mais de 500 mil pessoas se concentraram na Alexander-Platz (Berlim Oriental) e demonstraram que *die Macht der Strasse* (o poder da rua) contestava e repelia a continuidade daquele regime político, marcado pela burocracia, demagogia, abusos administrativos, espionagem, interdições e

14 Entrevista de Egon Krenz ao autor. Entrevista de Günter Schabowski ao autor.

15 *Taz*, DDR, *Journal zur Novemberrevolution*, August bis Dezember, 1989, p.77.

até mesmo crimes, conforme o escritor Christoph Heinz salientou na ocasião.<sup>16</sup> Essa imponente manifestação de massa contou com a participação de numerosos intelectuais e artistas, bem como de Markus Wolf, que defendeu a *Perestroika* e o controle público-parlamentar sobre os órgãos de segurança e proteção, ou seja, sobre o Stasi, do qual ele fora, abaixo de Mielke, seu principal dirigente.<sup>17</sup> O SED podia resistir a demonstrações, ainda que sucessivas, de vinte, trinta e até cem mil pessoas. Porém, quando elas começavam a alcançar a magnitude de duzentas a trezentas mil pessoas, como em Leipzig, e de meio milhão, em Berlim Oriental, nada mais impediria que o SED começasse a perder não só o monopólio do poder como também o próprio poder, com o conseqüente esbarrondamento do regime stalinista e de todo o Estado que a RDA constituía e que acabara de completar quarenta anos de existência.

Em 7 de novembro, depois que Margot Honecker, esposa do ex-secretário-geral, entregara a pasta da Educação, quarenta personalidades da antiga *Nomenklatura* afastaram-se dos seus cargos no Conselho de Ministros. No dia seguinte, complementando as demissões, todos os membros da velha guarda, como Willi Stoph e Erich Mielke, renunciaram às suas respectivas funções no Politburo, durante a 10ª Reunião do Comitê Central, e abriu-se o espaço para a eleição de novos dirigentes, entre os quais Modrow, também indicado, oficialmente, como candidato ao posto de ministro-presidente. Cerca de cinquenta mil militantes das organizações de base concentraram-se, então, em frente à sede do Comitê Central, demandando a convocação de um congresso extraordinário, com o objetivo de virar o SED "*vom Kopf auf die Füße*", isto é, de cabeça para baixo. A reunião foi interrompida e Krenz saiu à rua, juntamente com Schabowski, para debater com os militantes lá concentrados. Essa rebelião se alastrou. Um dos membros do Politburo – Hans-Jochim Böhme – e três candidatos – Werner Walde, Inge Lange e Johannes Chemnitzer – tiveram de renunciar logo depois de eleitos, porque foram destituídos pelas próprias bases da função de primeiro-secretário do SED, nos seus respectivos Distritos. E o Politburo admitiu a legalização de *Neues Forum*, conforme, no dia 8 de novembro, Schabowski havia anunciado, enquanto o procurador-geral do Estado, na RDA, Günter Wendland, tomava a iniciativa de propor a abertura de um processo de averiguação contra Honecker, sob suspeita de corrupção e abusos administrativos.

Em novembro, o número de refugiados, que, ao longo de todo o ano de 1989, passaram da RDA para a RFA, através da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia,

16 *Idem*, p.73.

17 *Idem*, p.75-76.

no dia 10 viajou para Berlim, afirmou, em discurso na Schöneberger Rathaus, que “não existe capitalista, não existe socialista, há somente uma nação alemã, comprometida com a liberdade e a paz”.<sup>21</sup>

21 “Es gibt keine Kapitalhirsche, es gibt keine sozialistische, es gibt nur eine auf Freiheit und Friedens verpflichtete deutsche Nation.” GENSCHER, 1991, p.228.

## CAPÍTULO 13

### OS INTERESSES DA URSS NA RDA – MODROW E GORBACHEV – A PROPOSTA DA COMUNIDADE CONTRATUAL ENTRE A RDA E A RFA – OS DEZ PONTOS DE KOHL – A RENÚNCIA DE KRENZ E O COLAPSO DO SED – AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO – A CRISE ECONÔMICA E A INVIABILIDADE POLÍTICA DA RDA – A QUEDA DE MODROW

Gorbachev decerto fora informado previamente de que o governo do SED, no dia 10 de novembro, liberaria as viagens para a RFA,<sup>1</sup> embora Hans Modrow afirmasse que a abertura do Muro de Berlim surpreendera Moscou (MODROW, 1991, p.25-26). Em realidade, a aglomeração de centenas de milhares de pessoas nas imediações do Muro e nas vias de acesso a Berlim Ocidental compeliu Krenz a tomar, por si só e sem qualquer consulta ou aviso ao Kremlin, a decisão de abrir totalmente as fronteiras da RDA.<sup>2</sup> Ele provavelmente imaginou que essa atitude o ajudaria a conservar o poder e não percebeu as consequências que fariam daquela noite de 9 de novembro uma das mais importantes do século XX. Mas a situação financeira da RDA já se havia tornado extremamente crítica. Ameaçada pela falta de divisas, a RDA, em fins de 1989, devia ao Ocidente 26,5 bilhões de dólares e o déficit na conta corrente do seu balanço de pagamento atingia o

1 Entrevista de Krenz ao autor.

2 Idem.

montante de 12,1 bilhões.<sup>3</sup> Somente para o pagamento dos juros da dívida externa a RDA necessitava de 4,5 bilhões de dólares, o que equivalia a cerca de 62% de todas as divisas resultantes de suas exportações (ZELIKOW, RICE, 1995, p.87; MAIER, 1997, p.224). Segundo o próprio Kohl, a dívida externa da RDA com o Ocidente saltara de dois bilhões, em 1970, para 49 bilhões de marcos, no início de 1989 (KOHL, 1996, p.115-116). Krenz, necessitando de créditos, excogitou recorrer ao Fundo Monetário Internacional, porém tal iniciativa lhe criaria enorme embaraço político. E, assim como Gorbachev, esperou que Kohl mantivesse o estilo da *Ostpolitik* e lhe oferecesse algum financiamento, com o objetivo de encorajar a RDA a seguir a Polônia e Hungria no caminho das reformas.

Kohl nada ofereceu à RDA. Homem com aguda intuição política, ao considerar que as eleições gerais para o Bundestag ocorreriam no próximo ano e tudo indicava que a coligação CDU-CSU não venceria, tratou de precipitar os acontecimentos. Em 12 de setembro de 1989, declarou, no congresso da CDU (Bremen), que a questão da Alemanha voltara à agenda internacional e não só proclamou que o comunismo caminhava para o fim como anunciou que a reunificação do país estava mais próxima do que nunca (KOHL, 1996, p.89-90). O modo pelo qual Kohl, pessoalmente, manejou as relações com a RDA, naquela conjuntura, foi crucial e modificou o curso da política exterior da RFA, abandonando as diretrizes da *Ostpolitik*, pautadas pelo reconhecimento da existência dos dois Estados dentro da mesma nação. Apesar de setores da coligação CDU-CSU-FDP temerem que a RFA não tivesse capacidade para absorver a onda de refugiados (*Ausreisewelle*), que passava para seu território através da Hungria e Tchecoslováquia, ele conseguiu firmar a orientação a fim de favorecer ainda mais o êxodo e negar ajuda à RDA, enquanto reformas fundamentais, não apenas econômicas, mas também políticas, não fossem lá efetuadas.

O propósito de Kohl foi evitar que a situação da RDA se estabilizasse e, sem explicitar o objetivo estratégico da reunificação, procurou pressionar o governo do SED a aceitar a democracia, abandonado o "socialismo real", que constituía a principal justificativa para a separação dos dois Estados alemães. Conforme dissera, em 8 de novembro de 1989, um dia antes da abertura do Muro de Berlim, a RFA somente propiciaria qualquer ajuda à RDA se ela empreendesse completa reforma política, não apenas econômica, o que implicava a renúncia

3 Zelikow e Rice, 1995, p.87. Segundo Hans Modrow, quando ele assumiu o cargo de ministro-presidente da RDA, o déficit fiscal era de 130 bilhões de marcos orientais, uma taxa de inflação camuflada, da ordem de 12% a 15% ao ano e uma dívida externa da ordem de US\$ 20 bilhões. Entrevista de Modrow ao autor, Berlim, 23.1.1991.

do SED ao monopólio do poder político, *die führende Rolle* (papel dirigente), permitindo a liberdade dos partidos políticos e a realização de eleições livres. Assim, ao estabelecer tais condições, Kohl resignou às diretrizes da *Ostpolitik*, restabelecendo os princípios defendidos por Adenauer, segundos os quais a autodeterminação e a legitimidade passavam pela realização de eleições livres. O abandono do "socialismo real" tiraria à RDA a razão de sua existência como Estado separado (ZELIKOW, RICE, 1997, p.93).

Com efeito, a abertura do Muro de Berlim desencadeou, irreversivelmente, o processo de reunificação dos dois Estados alemães, objeto de especulação diplomática no Ocidente desde abril-maio de 1989.<sup>4</sup> E a questão, girando em torno do modo como realizá-la e do tempo de duração, avançou para o primeiro plano das preocupações e dos debates. Gorbachev também previa reunificação, dentro do projeto de construção da Casa Comum Europeia, e conversara com Egon Krenz sobre o tema, durante sua visita oficial a Moscou, em 1º de novembro (KRENZ, 1990, p.222). De acordo com os princípios que passaram a orientar sua política exterior, considerava "anormal" a divisão da Alemanha (GORBACHEV, 1999, p.201). Contudo, ele precisava preservar os interesses da URSS, da qual a RDA fora até então um aliado estratégico, e por isto teria de empreender complexas negociações tanto com a RFA quanto com os EUA, Grã-Bretanha e França — os Aliados na Segunda Guerra Mundial. Além do problema dos 380 mil soldados e 120 mil dependentes que a URSS concentrava na RDA e que nem sua economia nem sua sociedade podiam rapidamente absorver em caso de imediato repatriamento, Gorbachev ainda temia, da mesma forma que outros dirigentes soviéticos, uma Alemanha reunificada, como membro da Otan. Daí a necessidade de negociar ajustes e acordos sobre desarmamento e desmilitarização da Europa. Sua perspectiva, portanto, era a de que a RDA, após a derrubada do Muro de Berlim e o desmantelamento de aproximadamente 1.350 km de cerca de arame farpado, ao longo de sua fronteira, do Báltico à Tchecoslováquia, viesse a constituir com a RFA uma *Vertragsgemeinschaft* (comunidade contratual), uma espécie de confederação, com o que terminariam por abandonar as respectivas alianças militares, ou seja, o Pacto de Varsóvia e a Otan, como condição para o estabelecimento da completa unidade estatal.

Gorbachev imaginava um processo gradual, que duraria de dois a três anos, até a completa reunificação dos dois Estados alemães. Não pretendia dissolver a RDA economicamente nem militarmente. E cria que Modrow contava com suficiente força, devido ao seu suposto prestígio popular, para mantê-la,

4 Entrevista de Hans Modrow, ex-ministro-presidente da RDA, ao autor, Berlim, 23.1.1991.

por mais algum tempo, e defender os interesses da URSS.<sup>5</sup> Por essa razão, três dias após a abertura das fronteiras, a posição de Krenz no governo da RDA foi negociada, durante uma reunião secreta na Embaixada da URSS em Berlim, da qual ele próprio participou, juntamente com Markus Wolf, Modrow e Valentin Falin, chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCUS (WEYMOUTH, 1990). A decisão, aparentemente, foi de que Krenz poderia permanecer nos postos de secretário-geral do SED e de presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Defesa Nacional, porém, a Modrow caberia formar o novo governo e exercer realmente o poder, como ministro-presidente da RDA, sem sua interferência ou do Politburo.

O funcionamento do regime político, inspirado no modelo stalinista, começou, então, a sofrer substancial modificação com a transferência para o presidente do Conselho de ministros do poder, que o secretário-geral do SED centralizava, desde a era de Ulbricht. Modrow era efetivamente o homem de confiança de Gorbachev e anulou todo o peso político de Krenz. Em 17 de novembro, quatro dias depois de eleito para o cargo de ministro-presidente pela Volkskammer, ele anunciou não só um novo gabinete, com a participação de todos os partidos políticos da Frente Nacional, cuja existência fora até então meramente decorativa, como também a proposta para o estabelecimento de uma comunidade contratual entre a RDA e a RFA. O governo de Bonn, cujo objetivo político sempre fora restaurar a unidade estatal da Alemanha, mostrou-se receptivo. E, em 28 de novembro, o chefe do governo da RFA, Helmut Kohl, apresentou o *Zehn-Punkte Programm*, um programa de dez pontos para a reunificação dos dois Estados alemães, mediante o desenvolvimento de estruturas confederativas e, na sua continuidade, o estabelecimento de uma federação, oferecendo à RDA, na oportunidade, imediata ajuda econômica e financeira, desde que seu governo tornasse irreversível o processo de democratização, em entendimento com as forças opositoras para promover a reforma da Constituição e aprovar a nova lei eleitoral.<sup>6</sup> Gorbachev considerou “imprópria” tal iniciativa e os chefes de governo das potências ocidentais, tanto George Bush, presidente dos EUA, quanto François Mitterrand, presidente da França, e Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha, manifestaram-lhe, diretamente, seu descontentamento (GORBACHEV, 1999, p.202).

Esse programa de dez pontos afigurou-se “surpreendente”, conforme expressão de Modrow (1991, p.96), que formulara uma proposta bem menos avançada,

5 Entrevista de Günter Schabowski ao autor.

6 Sobre os dez pontos do programa, vide KOHL, 1996, p.157-167.

e levou Egon Krenz a declarar que a unidade alemã não estava na ordem do dia. Houve reação no Kremlin e Gorbachev, menos de uma semana depois, convocou os dirigentes dos Estados-membros do Pacto de Varsóvia para uma reunião em Moscou, com o fito de informar-lhes dos resultados do encontro com o presidente dos EUA, George Bush, na ilha de Malta. A essa reunião, em 4 de dezembro, Modrow e Krenz, este já demissionário do posto de secretário-geral do SED, compareceram e a proposta de uma comunidade contratual entre os dois Estados alemães entrou na pauta das discussões (KRENZ, 1990, p.157), conquanto o assunto da reunificação propriamente dita fosse marginal nas conversações com Gorbachev, que a concebia por etapas.<sup>7</sup>

Tanto Gorbachev quanto Modrow e Krenz, na medida em que somente admitiam a reunificação dos dois Estados alemães como consequência de um processo gradual, mostraram-se então incapazes de avaliar a situação e de impedir o incoercível rumo dos acontecimentos na RDA, cujos alicerces continuavam a ruir após a abertura das fronteiras. As demonstrações de massas, exigindo eleições livres, prosseguiram e, em 12 de dezembro, a Volkskammer aboliu da Constituição o monopólio do poder político, *die führende Rolle*, concedido ao SED, tal como já ocorrera na Hungria e na Tchecoslováquia. Este foi mais um recuo de Krenz. E, dois dias depois, ele e todos os membros do Politburo e do Comitê Central, tiveram de renunciar, coletivamente, após expulsar, por “atos indignos”, diversos dos antigos dirigentes – Erich Honecker, Willi Stoph Stoph, Erich Mielke e outros. Um congresso extraordinário do SED foi então convocado com o objetivo de proceder a sua completa renovação, conforme as bases, nas ruas, não cessavam de reclamar.

O que determinou tais decisões, ante o clamor popular, foram as sucessivas denúncias de que os governantes da RDA também se envolveram em corrupção ou praticaram abusos de poder, ao utilizarem seus cargos para obter vantagens pessoais e usufruir de privilégios como adquirir produtos caros e importados, inclusive automóveis, possuir florestas particulares para caça, fazer gastos excessivos e viver luxuosamente nas residências oficiais da Wandlitz. Nenhuma dessas acusações atingira Krenz pessoalmente, mas a notícia de que ele estava informado das ilegalidades concorreu para debilitar ainda mais sua posição. Ao regressar de Moscou, não lhe restou alternativa senão também resignar à presidência do Conselho de Estado e à presidência do Conselho de Defesa Nacional. Ele não mais contava com qualquer confiança<sup>8</sup> e as revelações sobre

7 Entrevista de Hans Modrow ao autor.

8 Entrevista de Egon Krenz ao autor.

corrupção e desmandos administrativos assumiam as proporções de escândalo político. A própria Procuradoria Geral do Estado, na RDA, havia determinado a detenção de vários ex-dirigentes do SED, entre os quais Günter Mittag, ex-secretário do Comitê Central para Economia, Harry Tisch, presidente da Federação dos Sindicatos, bem como Alexander Schalck-Golodkowski,<sup>9</sup> alto oficial do Stasi e ex-diretor da KoKo, sob a acusação de venda ilegal de armas, contrabando de divisas e outras negociatas cambiais, além de tráfico de influência.<sup>10</sup> A ordem de detenção, posteriormente, alcançou o próprio Honecker, submetido a prisão domiciliar, embora sem custódia, em virtude do seu precário estado de saúde, assim como Willi Stoph e Erich Mielke.

O SED, com a demissão em massa de 160 membros do Comitê Central e 13 do Politburo, ficou praticamente sem direção. E Modrow, mesmo que quisesse, não mais podia resistir à convocação de eleições livres, marcadas, após acordo com a oposição, para 6 de maio de 1990. Esta decisão, tardia, não mais impediu que as demonstrações de protesto, sobretudo em Dresden e em Leipzig, provocassem distúrbios com a invasão das instalações do Stasi e da Volkspolizei, o que levou as tropas soviéticas, na RDA, a entrarem em estado de alerta, por temer ataques aos seus quartéis, ao mesmo tempo em que Modrow fez um apelo para que a população mantivesse a calma e evitasse o perigo de repressão violenta. Dentro desse clima de alta tensão em que a convulsão social e o caos político ameaçavam tragar toda a RDA, o SED realizou seu Congresso Extraordinário, em 8 de dezembro, e somente se salvou da dissolução, como a grande maioria dos militantes desejava, porque, *in extremis*, os militares a ela se opuseram. Não admitiram mais do que a mudança do nome do seu programa. E assim o SED passou a ser Partido do Socialismo Democrático (PDS). A RDA, como Estado, não mais tinha condições objetivas e subjetivas de sobrevivência. O SED constituía, com o monopólio do poder, sua coluna de sustentação política. E, ainda que não se dissolvesse e só mudasse de nome e de programa, esboroara. Perdera, inclusive, a moral e toda a credibilidade para governar, e não mais possuía os

<sup>9</sup> O autor tentou entrevistar Schalck-Golodkowski, mas ele se esquivou, sob a alegação de que ainda estava a responder processo perante a justiça alemã e, por conseguinte, não podia fazer qualquer declaração.

<sup>10</sup> Alexander Schalck-Golodkowski conseguiu escapar para a RFA, onde se apresentou à Polícia de Berlim Ocidental e foi recolhido à prisão. Depois de solto, passou a viver na Baviera, contando com certa complacência das autoridades, talvez devido a possíveis ligações com serviços de inteligência do Ocidente. Ele fora poderoso produtor de divisas para o governo de Honecker e mantivera excelentes relações com Franz Joseph Strauß, que intermediara, em 1983, o aval do governo de Bonn para os empréstimos à RDA.

meios militares e políticos para defender, como antes, aquele *status quo* que o povo repulsava e contra o qual se insurgia. E, dentro da RDA, alternativa de poder, efetivamente, não existia. O modelo stalinista nunca a permitira.

As dificuldades econômicas e financeiras, adensando a crise social e política em que a RDA se abismara, concorriam para inviabilizar a sobrevivência do regime comunista. Quando assumira o governo, Modrow encontrara um déficit fiscal de 130 bilhões de marcos orientais, uma taxa de inflação, camuflada, de 12% a 15% ao ano, e uma dívida externa da ordem de 20 bilhões de dólares.<sup>11</sup> E o fato de não contar nem com recursos do mercado mundial nem com o auxílio da URSS engravesca e tornava ainda mais dramática a situação da RDA, que passou a defrontar-se com outros problemas após a abertura do Muro de Berlim. Sua economia, altamente subsidiada, ineficiente e incapaz de oferecer à população bens e serviços, em quantidade e em qualidade e, de acordo com as necessidades que o desenvolvimento tecnológico no Ocidente criara, não podia suportar o impacto da moeda forte, o marco alemão. A especulação ressurgiu com todo vigor. Como não havia cotação real de câmbio, milhares de pessoas, a fim de comprar no mercado da RFA os bens de consumo de que careciam, chegaram a trocar 10, 20 e até 30 marcos orientais por DM 1, o que possibilitava a aquisição de produtos da RDA para revenda, por preços ínfimos.<sup>12</sup> Modrow tentou conter essa especulação e o escoamento dos produtos com a troca de grande quantidade de dinheiro, no mercado, ao câmbio oficial de 1:1. Mas a operação saiu muito cara; a taxa de conversão era irreal<sup>13</sup> e ele não teve êxito. Em tais circunstâncias, sob todos os aspectos, tanto social e político quanto econômico e financeiro, conservar a RDA como Estado, sem o Muro de Berlim e as cercas de arame farpado ao longo da fronteira, constituía uma tarefa extremamente difícil, senão, na realidade, impossível de executar.

No entanto, Modrow continuou a operar com o propósito de estabelecer apenas uma comunidade contratual entre a RDA e a RFA, a conformar, inicialmente, uma espécie de confederação, segundo o interesse de Gorbachev. Kohl, quando visitou Dresden, em 19 de novembro, e com ele manteve sua primeira conversação, ainda admitiu que a reunificação dos dois Estados alemães se realizasse por etapas.<sup>14</sup> Mas percebeu, diante das manifestações populares naquela cidade, que a reunificação da Alemanha não duraria nem três, nem cinco nem dez anos, mas,

<sup>11</sup> Entrevista de Hans Modrow ao autor.

<sup>12</sup> Entrevista de Lothar de Maizière ao autor.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> Entrevista de Hans Modrow ao autor.

sim, três, cinco ou dez meses, um ano, no máximo (KOHLE, 1996, p.226-229). Sua concretização, contudo, não dependia somente da vontade dos seus povos. Dependia, também, de fatores internacionais, isto é, de negociações com os EUA, Grã-Bretanha, França e, sobretudo, URSS, o único respaldo político que restava a Modrow e permitia a continuidade formal da RDA.

Uma vez que o SED-PDS modificara a Constituição abdicando do monopólio do poder político, e convocara eleições livres, o que atendia às exigências do seu programa de dez pontos, Kohl concedeu imediata ajuda ao governo da RDA, o que permitiu a Modrow reduzir a dívida externa do Estado em US\$ 3 bilhões (ibidem), mediante compensação de pagamentos efetuados pela RFA para a utilização e conservação das estradas de acesso a Berlim, tarifas de trânsito (*Transitpauschale*), vistos e câmbio mínimo obrigatório para a entrada em seu território, a partir daí, definitivamente, abolido. Não obstante, no começo de 1990, Modrow solicitou a Kohl ainda mais um auxílio no montante de 15 a 20 bilhões de marcos alemães, pelo menos, a fim de aliviar as dificuldades econômicas e financeiras da RDA (ibidem; MODROW, 1991, p.97). Todo o seu esforço então visava a prolongar, tanto quanto possível, a existência daquele Estado, e até o próprio Stasi, cuja dissolução prometera, ele pretendeu salvar, remodelando-o e mudando-lhe o nome para Serviço de Proteção à Constituição, o que provocou violenta reação popular. Durante uma demonstração de protesto contra tal tentativa de preservar o odioso aparelho de espionagem e repressão, mediante subterfúgios, mais de duas mil pessoas assaltaram, saquearam e depredaram o edifício de sua sede, em Berlim Oriental, e Modrow teve de recuar. Porém, seu amigo Markus Wolf, para quem, segundo rumores, ele tentara obter, entre outubro e novembro de 1989, um posto no Politburo do SED,<sup>15</sup> já havia conseguido trasladar para Moscou os principais arquivos do Stasi, cujos agentes mais importantes – cerca de 4.500 – passaram a servir diretamente ao KGB.

Evidentemente, Kohl, que dispunha de um “royal flush” (FALIN, 1999, p.158), conforme expressão de Valentim Falin, isto é, do poder e do dinheiro, não tinha o menor interesse em estabilizar o governo de Modrow, compartilhado com a oposição na chamada Mesa Redonda. A concessão de uma ajuda de DM 20 bilhões<sup>16</sup> protelaria, por mais algum tempo, a agonia da RDA, onde o poder rolava pelas ruas. As demonstrações nas cidades da antiga Zona de Ocupação Soviética prosseguiram, com as massas a gritarem não mais “*Wir sind das Volk*” (Nós somos o povo) e sim “*Wir sind ein Volk*” (Nós somos um povo) ou “*Deutsch-*

15 *Der Spiegel*, n. 44, 30.10.1989, p.27, 20. Entrevista de Hans Modrow ao autor.

16 Entrevista de Jürgen Aretz ao autor.

*land einig Vaterland*” (Alemanha pátria unida),<sup>17</sup> despertando o nacionalismo, porque, na verdade, a única alternativa para o manifesto colapso daquele Estado, que embalde Modrow tratava de segurar, consistia na sua rápida união com a RFA. Isso significava, objetivamente, a absorção de todo o poder político pelo governo de Bonn, que possuía legitimidade e recursos para reunificar e reconstruir a nação. Kohl teve suficiente sensibilidade para compreender o sentido dos acontecimentos e não deixar que aquela oportunidade histórica se lhe escapasse das mãos.

Em 13 de fevereiro de 1990, três dias após conversar com Gorbachev em Moscou, Kohl recebeu a visita de Modrow e, considerando a possibilidade de acelerar o processo de reunificação, propôs a união econômica e monetária dos dois Estados, com o argumento de que, se os alemães corriam para o lado ocidental, atrás do marco alemão, o melhor seria levá-lo para dentro da RDA, como forma de evitar que o êxodo continuasse.<sup>18</sup> Era natural que Kohl aspirasse à glória de repetir o feito de Bismarck e, vencendo as eleições de dezembro de 1990, continuar como *Kanzler* da Alemanha reunificada, cujo peso aumentaria, enormemente, dentro da CEE.<sup>19</sup> Talvez por essa razão, porquanto temia qualquer mudança no Kremlin e o retrocesso da *Perestroika*, ele procurou avançar com o processo de reunificação a fim de que Gorbachev pudesse assinar o Tratado com a Alemanha enquanto estivesse no governo. E não tomaria tal iniciativa se não encontrasse receptividade para suas garantias de paz e propostas de cooperação econômica e financeira com a URSS, como compensação pelo desaparecimento da RDA. O próprio Gorbachev dissera a Kohl que a URSS respeitaria a decisão dos alemães se quisessem viver em um só Estado, e ambos coincidiam em que a unidade nacional da Alemanha deveria enquadrar-se no conjunto da arquitetura europeia e no contexto global das relações Leste-Oeste.

Gorbachev ainda continuava a crer que a total reunificação ainda demoraria cerca de dois a três anos e Modrow, quando conversou outra vez com ele sobre o assunto, em 17 de março de 1990, advertiu-o para que não alimentasse semelhante ilusão, pois uma vez consumada a união econômica e monetária com a RFA, a RDA perderia completamente sua soberania. No entanto, ilusão era também supor que, naquelas condições, a RDA teria alguma forma ou chance de conservar sua soberania. As previsões indicavam que em meados de 1990 a RDA,

17 A expressão “*einig Vaterland*” (pátria unida) provinha do hino nacional da RDA, com texto de Johannes R. Becher, mas adquiriu um caráter nacionalista durante as manifestações em Dresden, quando da visita de Kohl.

18 Entrevista de Hans Modrow ao autor.

19 Idem.

com um orçamento de 64,2 bilhões de marcos alemães para o segundo semestre, e um déficit de 34,75 bilhões (GERLING, 1990), não mais teria condições de pagar suas dívidas,<sup>20</sup> cujo montante era da ordem de 27,2 bilhões de marcos (o equivalente, na época, a 16 ou 17 bilhões de dólares, conforme a variação do câmbio) (GERLING, 1990). Segundo Schabowski, não lhe restava, economicamente, nenhuma possibilidade de sobrevivência, embora o estabelecimento de uma confederação com a RFA talvez fosse uma “variante razoável”.<sup>21</sup>

Não havia possibilidade de que a RDA sobrevivesse, nem mesmo integrando uma confederação com a RFA. A força motriz da reunificação não estava na RFA e sim na RDA, que econômica, social e politicamente se inviabilizara como Estado soberano. A RFA apenas constituía o pólo magnético, o centro de gravidade, atraindo irresistivelmente sua população, e possuía os capitais de que a RDA necessitava para subsistir por mais algum tempo como sujeito autônomo do Direito Internacional. Porém, não interessava ao governo de Bonn estabelecer uma simples confederação, que só convinha à continuidade da influência política do SED-PDS, e financiar a sobrevivência formal daquele Estado quando os fatores internacionais determinantes de sua formação estavam rapidamente a desaparecer. O governo de Bonn não podia assumir os encargos econômicos e financeiros da RDA sem avocar para si as responsabilidades políticas pelo destino de toda a nação. Também, mesmo que o fizesse, concedendo a Modrow o auxílio de DM 15 bilhões e postergando a união econômica e monetária, nada impediria, mais adiante, o colapso de todo o sistema produtivo da RDA, cuja infraestrutura estava seriamente deteriorada. Nada evitaria seu esvaziamento demográfico (só em janeiro de 1990 cerca de cinquenta mil pessoas mudaram-se para a RFA), o que poderia acarretar o caos social e a convulsão política.

O povo na RDA não queria reformá-la, como Neues Forum e outros grupos de oposição ainda advogavam, e sim extingui-la, o que correspondia, praticamente, à sua dissolução na RFA, cuja Lei Fundamental (*Grundgesetz*) de 1949 previra, em seu Art. 23, a adesão dos cinco antigos *Länder* (Estados) – Mecklenburg-Vorpommern, Brandenburg, Sachsen, Sachsen-Anhalt e Thüringen – que ficaram na Zona de Ocupação Soviética. Essa vontade se manifestou, nitidamente, nas primeiras eleições livres para a *Volkskammer* (antecipadas de 6 de maio para 18 de março), quando Neues Forum e outros dois grupos de oposição, os que realmente deflagraram a Revolução de Novembro e se uniram na *Bündnis-90* (Liga 90), receberam apenas 2,9% dos votos válidos, porque de-

20 Entrevista de Günter Schabowski ao autor.

21 Idem.

fendiam a conservação das especificidades econômicas e sociais da RDA contra o domínio capitalista da RFA. O povo não queria uma nova experiência, não queria esperar e sim atingir, o mais rapidamente possível, o padrão de vida do Ocidente,<sup>22</sup> por isso votou majoritariamente pela união com a RFA. A *Allianz für Deutschland* (Aliança pela Alemanha), liderada pela CDU (oriental) e com o apoio de Kohl, obteve 40,05% dos votos válidos, o que lhe permitiu, em coalizão com os liberais (5,28%) e os social-democratas (21,88%), formar o novo governo da RDA. O SED-PDS, com 16,40%, perdeu o monopólio do poder também de fato.<sup>23</sup> Modrow, que insistia em rejeitar a reunificação dos dois Estados alemães, caiu. E, com ele, o que ainda restava da RDA. Lothar de Maizière, presidente do CDU (oriental), tornou-se o ministro-presidente.

22 Entrevista de Lothar de Maizière ao autor.

23 Percentuais fornecidos pela Friedrich Ebert Stiftung – *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurzinformationen*, n. 1/90, Bonn, março de 1990.

## CAPÍTULO 14

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES NA RDA –  
A ELEIÇÃO DE LOTHAR MAIZIÈRE E A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA –  
OS CUSTOS FINANCEIROS E A POSIÇÃO DOS SOCIAL-DEMOCRATAS –  
A UNIÃO MONETÁRIA DOS DOIS ESTADOS ALEMÃES E A SUPREMACIA  
DO MARCO ALEMÃO – OS REFLEXOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS  
SOBRE A RDA – O STASI

A campanha para as eleições parlamentares de 18 de março de 1990 possibilitou que os grandes partidos da RFA se identificassem com seus congêneres da RDA, libertados das amarras da Frente Nacional e da tutela do SED, e lhes dessem todo o apoio e assistência, tanto ideológica quanto material, com o que o processo de integração da política interna daqueles dois Estados efetivamente principiou. Mas o intenso desejo da parte oriental de que a reunificação da Alemanha se concretizasse o mais rapidamente possível, tal como Kohl pretendia, foi o que determinou, fundamentalmente, a vitória da Allianz für Deutschland e derrubou os social-democratas – até as vésperas das eleições os grandes favoritos – para o segundo lugar. Esse fato desobstruiu o caminho para a consecução do projeto de Kohl. Embora nenhum partido político então se colocasse contra a reunificação da Alemanha, a questão do ritmo e da forma constituiu o principal fator de divergências. Os democrata-cristãos, sob a liderança de Lothar de Maizière, foram os primeiros que se pronunciaram, na RDA, a favor da iniciativa de Kohl e dele receberam todo o respaldo, enquanto os comunistas (SED-PDS), dos quais o advogado Gregory Gysi assumira a direção, continuavam a propor unicamente a via da comunidade contratual e da confederação para alcançar a unidade do país, não apenas porque convinha à

URSS, mas também porque constituía a única maneira de preservar algumas partes do aparelho de Estado e resguardar as posições que ainda lá ocupavam. Por sua vez, os social-democratas, cujo partido, incorporado em 1946 pelo SED, desaparecera na RDA e somente começara a reorganizar-se em 1989, mantiveram uma atitude de crítica ao plano de Kohl, não admitindo a aplicação do Art. 23 da Lei Fundamental, que possibilitava a adesão dos cinco antigos *Länder*, e sim do Art. 146, o qual previa que todo o povo alemão viesse, um dia, a decidir, livremente, adotar uma constituição. Outrossim, eles se opuseram à velocidade que Kohl imprimia ao processo de reunificação, calculando por baixo as necessidades financeiras e sem considerar, suficientemente, *den Faktor Mensch* (o fator humano), pois a população da RDA não poderia adaptar-se, em tão curto tempo, ao novo sistema econômico e social.<sup>1</sup>

Após as eleições na RDA, tais controvérsias prosseguiram e se intensificaram dentro da RFA, na medida em que os entendimentos para a celebração do *Staatsvertrag* (Tratado Interestatal de União Monetária, Econômica e Social) entre aqueles dois Estados evoluíram. O ex-chefe de governo da RFA, Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista, percebera, tanto quanto Kohl, a necessidade de aproveitar aquelas condições que a história oferecia para reunificar a nação, objetivo político a que a RFA sempre se propusera, desde o tempo de Adenauer, e que correspondia aos mais ardentes anseios da população da RDA. Como ex-Bürgermeister (prefeito) de Berlim Ocidental, quando o Muro foi construído, ele vivera aqueles acontecimentos e compreendia profundamente o drama da divisão da Alemanha. Entretanto, Oskar Lafontaine, ministro-presidente de Saarland e candidato dos social-democratas à sucessão de Kohl, opôs-se à rapidez do processo de reunificação, concentrando suas críticas principalmente nos altos custos que ela representaria para a RFA. Nesse aspecto, estava com a razão. A reunificação, segundo as estimativas, custaria, inicialmente, o montante de 100 bilhões a 125 bilhões, mais 140 bilhões de marcos alemães, em 1991, e cerca de 100 bilhões por ano, subsequentemente, até 1996 ou 1999 (GERLING, 1990). Seria um investimento bastante pesado, muito superior a toda a dívida externa da América Latina, e o governo de Bonn, mesmo com a colaboração da iniciativa privada, não poderia assumi-la sem aumentar inevitavelmente os impostos e submeter a população da RFA a outros sacrifícios.

Lafontaine, outrossim, entendeu que, se o *Staatsvertrag* não contivesse algumas previsões sociais e ecológicas, bem como garantias de que os fundos do Stasi

estavam incluídos no orçamento da RDA, os social-democratas não poderiam ratificá-lo no Conselho Federal (*Bundesrat*), onde, a partir de 21 de junho, teriam maioria, com a vitória nas eleições para o governo de Niedersachsen (Baixa Saxônia).<sup>2</sup> Após intensos debates entre os social-democratas, os principais líderes do partido apoiaram, finalmente, a posição de Lafontaine, porém, seu presidente, Hans-Jochen Vogel, mais sensível para o aspecto político da questão, sugeriu que os acréscimos e as modificações poderiam ser introduzidos no corpo do *Staatsvertrag* ou incluídos como apêndice. O próprio Lafontaine, que criticara os altos custos da reunificação, requereu a alocação de mais 20 bilhões de marcos alemães ao Fundo para a Unidade Alemã, da ordem de 115 bilhões de marcos.<sup>3</sup> De qualquer forma, os socialdemocratas, com exceção dos representantes de Saarland e Niedersachsen, votaram, no Conselho Federal, pela ratificação do *Staatsvertrag*, que a RFA e a RDA firmaram em 18 de maio de 1990. Os argumentos de Lafontaine – a rapidez e os altos custos da reunificação – não prevaleceram.

A rapidez com que Kohl impulsava o processo de reunificação da Alemanha não decorria só de sua vontade, mas, principalmente, da velocidade com que o aparelho de Estado se estiolava na RDA, desde a abertura das fronteiras e do Muro de Berlim. A RFA, que se constituía em nome de todos os alemães, inclusive dos que permaneceram na Zona de Ocupação Soviética e aos quais também concedera o direito de cidadania, não podia exonerar-se da responsabilidade pelo seu destino, sobretudo quando todo o povo, conjuntamente, continuava a clamar pela unidade e autodeterminação da Alemanha, tal como antevisto no preâmbulo da Lei Fundamental. E, aí, os custos – altos ou baixos – não importavam: eram fatais. Kohl, pelo menos para o público, subestimou-os e prognosticou que não acarretariam o aumento dos impostos, o que se configurava, praticamente, improvável. Era natural, portanto, que Lafontaine, como líder da oposição e candidato à chefia do governo, apontasse, com toda a franqueza, as consequências negativas da reunificação e procurasse defender os interesses da população, principalmente da RFA, sobre a qual incidiria o peso maior dos impostos. Muito mais jovem do que Willy Brandt, pois nascera em 1944, quase ao término da Segunda Guerra Mundial, ele só conhecera a Alemanha dividida. Crescera na RFA e aquele era o espaço com o qual se acostumara, a pátria onde crescera, vivera e fizera sua carreira política, até alcançar o posto de ministro-presidente de um dos seus *Länder* mais ocidentais, Saarland (Sarre), na fronteira com a

1 Friedrich Ebert Stiftung, *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurzinformotlonen*, n. 8/90, Bonn, outubro de 1990.

2 Memorandum for Chief of Staff, Host Nation Activities, AEAHN-GR370-7185 – Department of Army, Headquarters, US Army, Europe and 17th Army.

3 Idem.

França. Talvez por isso Lafontaine não tenha avaliado toda a força e a dimensão subjetiva do nacionalismo, máxime na população da RDA, para a qual o maior problema, como ele percebia, não era adaptar-se ao novo sistema econômico e social – tanto assim que milhares de pessoas continuavam, diariamente, a fluir para a RFA –, e sim ainda viver sob os escombros do antigo, que ruína e nada mais podia oferecer, nem esperança. Um processo de reunificação gradual ou mais lento, tal como Lafontaine pretendeu, não evitaria os altos custos para a RFA e seria muito mais arriscado, difícil e perigoso, de fato, inviável, posto que a RDA, da qual se esvaía toda a substância econômica, social e política, chegara, irreversivelmente, à etapa terminal. Só faltava acabar a ficção do Estado, dissolvê-lo como sujeito autônomo do Direito Internacional, o que Lothar de Maizière se encarregara de supervisionar, como síndico da massa falida.

A liquidação formal da RDA começou a efetivar-se no dia 1º de julho de 1990, quando o *Staatsvertrag*, entrando em vigência, implantou a união econômica e monetária entre aquele Estado e a RFA e estendeu o domínio do marco alemão ao seu território. Os altos custos começaram, então, a superar todos os cálculos. O governo de Bonn estabeleceu a taxa de conversão da antiga moeda da RDA em marco alemão na base de 1:11, para salários e pensões, bem como para poupanças e outros pagamentos entre dois mil e seis mil marcos orientais, conforme a idade das pessoas, e 2:1, para montantes acima daquele limite, enquanto os estrangeiros trocariam a 3:1. Esse câmbio era completamente irreal, uma vez que a cotação do marco oriental, no mercado, oscilava, sem especulação, entre 5 e 7 por DM 1. O Bundesbank (Banco Federal) temia que a inflação se desencadeasse e, por esse e outros motivos econômicos, opôs-se à fixação daquelas taxas,<sup>4</sup> porém Kohl tomou, politicamente, a decisão de aplicá-las. A média das pensões e dos salários na RDA, da ordem, respectivamente, de 447 a 1.150 marcos orientais por mês, era em torno de um terço inferior à média na RFA, a qual se situava em 1.150 e 3.560 marcos alemães (GERLING, 1990). Somente os membros dos altos escalões do governo, do Stasi, do Volksarmee (Exército do Povo) e da Volkspolizei (Polícia do Povo) ganhavam salários mais elevados. Erich Mielke, como ministro para Segurança do Estado, tivera, em 1989, um rendimento líquido de 79.062 marcos alemães (*Der Spiegel*, n. 13, 25.3.1991, p.30-32), o que equivalia a cerca de 6.671 marcos alemães por mês, uma importância seis vezes maior que a média dos salários na RDA. Assim, se os salários e as pensões que aquele

4 "Die Währungsunion mit der Deutschen Demokratischen Republik" – *Monatsberichte der Deutschen Bundesbank*, Juli 1990; "Den Sprung ins kalte Wasser wagen" – von Bundesbankpräsident Karl Otto Pöhl, *Die Welt*, Bonn, 2 de julho de 1990.

Estado alemão pagava fossem convertidos em marco alemão pelo valor real de câmbio, isto é, por uma taxa entre 1:5 e 1:7 ou mesmo 1:4, como os especialistas do Bundesbank defendiam (KLOTEN, 1991), a imensa maioria da população muito pouco ou nada receberia para sobreviver, ao passo que, com base na taxa de 1:11, seu poder aquisitivo se elevou de 5 a 7 ou 4,4 vezes, e o custo de vida, após a união econômica, não subiu na mesma proporção.

O valor irreal do câmbio favoreceu a população. Contribuiu, entretanto, para ainda mais inviabilizar a grande maioria das empresas da RDA. Elas tiveram de pagar, com moeda forte, não só os salários como suas dívidas, o que constituiu um pesado ônus, difícil de suportar. Suas máquinas e seus equipamentos estavam, em grande parte, obsoletos e deteriorados, a ponto de chocar vários industriais europeus, como Carlo de Benedetti, da Ing. C. Olivetti & Company, interessados em fazer investimentos na RDA (PROTZMAN, 1990, p.A-1 e D-6, column 1). Por isso, com uma produtividade medíocre, em torno de 33% dos padrões da RFA,<sup>5</sup> as empresas da RDA não puderam aguentar a competição em uma economia de livre mercado, e o fato de que os alemães orientais passaram a não mais comprar seus produtos, dando preferência aos oriundos da RFA (PROTZMANN, op. cit.; GERLING, 1990), agravou-lhes ainda mais a crise. Em agosto de 1990, muitas começaram a dispensar trabalhadores; outras, a fechar as portas, por falta de escoamento para sua produção. A perspectiva era de que somente um quarto ou menos ainda das oito mil indústrias existentes na RDA sobrevivesse (PROTZMAN, op. cit.). Como consequência, dois meses após a união econômica e monetária, entre 350 mil, segundo fontes oficiais (idem), e 450 mil trabalhadores (GERLING, op. cit.) no território da RDA estavam desempregados, sem contar os que tinham serviço apenas em tempo parcial e que, se fossem incluídos, elevariam aqueles números ao nível de 1,7 ou 1,8 milhão,<sup>6</sup> não obstante o aparecimento de pequenas empresas comerciais e industriais, cuja quantidade, da ordem de 59.435 em fins de maio de 1990, aumentara cada vez mais, depois da união econômica e monetária. A extensão da seguridade social da RFA ao território da RDA, concedendo também aos seus trabalhadores o seguro-desemprego, evitou que a situação se tornasse ainda mais dramática. Mas, de acordo com as estimativas, o número de desempregados, que aumentava em 25 mil por semana, alcançaria, em 1991, o nível de 1,5 milhão,

5 Friedrich Ebert Stiftung – *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurz Informationen*, n. 10/90, Bonn, dezembro de 1990.

6 PROTZMAN, 1990; Friedrich Ebert Stiftung – *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurzinformationen*, n. 10/90, Bonn, dezembro de 1990.

aos quais mais de 1,5 milhão de semi ou subempregados se somariam (*idem*). E, como resultado da bancarrota das empresas, também muitas comunidades administrativas e financeiramente se arruinaram.

Na RFA, porém, o número dos desempregados declinou, apesar do fluxo de 344 mil imigrantes da RDA em 1989 e de mais de 190 mil em 1990, uma vez que a união econômica e monetária possibilitou que a indústria e o comércio, no seu território, expandissem a produção e os negócios para atender ao forte crescimento da demanda, que a incorporação de 16,4 milhões de pessoas (população da RDA) ao mercado de consumo fomentara. Os artigos fabricados no Ocidente invadiram a RDA e suas grandes casas de comércio, lojas de departamento, supermercados e livrarias caíram sob o controle de capitais da RFA, cujo governo destinou, imediatamente, o montante de DM 6 bilhões para ajuda aos pequenos empreendimentos privados. Cerca de dez mil contatos de negócios entre alemães daqueles dois Estados estabeleceram-se, porém os investimentos industriais defrontaram-se com uma série de obstáculos intransponíveis a curto prazo e se retraíram.

Além de problemas legais, devidos à falta de definição dos direitos de propriedade sobre terras e indústrias nacionalizadas e que seus antigos donos voltaram a reclamar, a infraestrutura econômica da RDA estava muito mais avariada e decadente do que até então se imaginava. Os sistemas de transporte e de comunicação (telefone, telex, telefax), ademais de obsoletos, eram precários e insuficientes para suportar a explosão de demanda e logo ficaram saturados, o que tornava imprescindível e urgente a realização de obras vultosas e caríssimas para sua modernização e expansão, de acordo com as novas necessidades de funcionamento da economia. Os prédios não possuíam, tampouco, instalações adequadas e os apartamentos residenciais, cujo aluguel custava de 0,80 a 1,25 marcos orientais por m<sup>2</sup> e nunca ultrapassava 5% do valor do salário, estavam bastante deteriorados, devido à má qualidade das construções, das quais Honecker tanto se orgulhava, e ao fato de que nem os moradores nem o proprietário, o Estado, tinham interesse e recursos para os conservar. Os danos ao meio ambiente eram igualmente enormes e requeriam a importância de duzentos bilhões de marcos alemães só para repará-los (*idem*). Alguns economistas ocidentais, ao tomarem consciência daquela realidade, calcularam que o governo de Bonn teria de investir dois trilhões, no curso de 10 a 15 anos, de modo que a população da RDA pudesse alcançar os níveis de vida da RFA (PROTZMAN, *op. cit.*).

Os problemas não consistiam unicamente nos aspectos materiais da recuperação e modernização da infraestrutura econômica e da capacidade produtiva, bem como da restauração do meio ambiente no território daquele Estado em

extinção. A força de trabalho, da qual havia excesso em todas as indústrias e serviços, apresentava também enormes deficiências. Ela carecia de adequada qualificação e correta orientação profissional, o que impunha a cerca de 100 mil alemães orientais a mudança de emprego e de local de trabalho, enquanto uma grande maioria precisava de cursos de aperfeiçoamento. A escassez de capacidade empresarial e gerencial, de habilidade para negócios e experiência com conceitos de preço e os mecanismos da economia de mercado constituía outra dificuldade. Daí por que, ao assumirem a direção da *Treuhandanstalt*, agência criada e encarregada pelo governo da RDA de promover a privatização das indústrias, os velhos burocratas comunistas mostraram-se muito mais interessados em conservar seus poderes e maximizar seus ganhos financeiros com a transição para a economia de mercado do que introduzir reformas, das quais pouco ou nada sabiam.

A deficiência de pessoal com qualificação correta e adequada para funções administrativas, sobretudo em regime democrático e de livre mercado, decorria de vários fatores, tanto educacionais quanto políticos, que se entremesclavam. De um lado, a educação e a formação que as elites recebiam eram distorcidas por dogmas ideológicos. Nas escolas e nas universidades, nenhuma outra doutrina econômica, social e política se aprendia, senão o estereotipado marxismo-leninismo, e quem não aceitava ou divergia dos seus postulados não tinha acesso aos graus de mestre e de doutor. Do outro, ninguém na RDA atingia cargos de direção, em qualquer nível, devido a seus méritos, capacidade, experiência e conhecimentos, e sim à filiação ao SED e à subserviência à linha política do Politburo. Aí outro problema ainda mais grave configurava-se. A pessoa que ocupasse qualquer cargo de direção em serviços públicos, empresas e universidades da RDA devia obrigatoriamente prestar informações e trabalhar para o Stasi, conhecido como *Schild und Schwert der Partei* (escudo e espada do partido).

O Stasi constituía verdadeiramente um Estado dentro do Estado. Possuía, além de 85 mil funcionários fixos, cerca de 109 mil IMs, ou seja, *inoffizielle Mitarbeiter* (colaboradores não oficiais), segundo Modrow. Este número, certamente, seria, na verdade, muito maior (*Der Spiegel*, n. 6, 5.2.1990, p.50-82) e incluía não apenas os militantes do SED, mas, também, personalidades como Wolfgang Schnur, dirigente do movimento Demokratischer Aufbruch, Ibrahim Böhme, dirigente do SPD-oriental, e o próprio Lothar de Maizière, dirigente da CDU-oriental e ministro-presidente (*Der Spiegel*, n. 13, 26.3.1990, p.26-32; n. 12, 18.3.1991, p.41-48). Por volta de 1995, cerca de 174 mil IMs já haviam sido identificados, o que equivalia a 2,5% do total da população entre 18 e 60 anos (KOEHLER, 1999, p.8-9), número bastante elevado para controlar 17

milhões de habitantes e muito maior do que a Gestapo mantinha para vigiar uma população de 80 milhões de pessoas (idem, p.8). O envolvimento das pessoas com o Stasi era assim muito maior do que até então se supunha. E, apesar de formalmente dissolvido, configurava ainda viva ameaça, em virtude de sua colaboração com os terroristas da Rote Armee-Fraktion (Fração do Exército Vermelho), responsável por inúmeros atentados a bomba e assassinatos tanto de políticos quanto de empresários na RFA, nos anos 1970. Alguns de seus militantes, depois que o SED perdeu o poder, foram presos no território da RDA, onde residiam, oficialmente, sob os auspícios do Stasi. Honecker negou que tivesse conhecimento de tal fato, sobre o qual Mielke nunca lhe fornecera qualquer informação (ANDERT, HERZBERG, 1990, p.373-374). Talvez fosse verdade. Schabowski informou, porém, que Honecker via os terroristas da RAF como "verirrte Ideatisten" (idealistas perdidos), "die Kinder des Bürgertums" (os filhos da burguesia) insatisfeitos com as relações sociais na RFA, e quiçá admirasse, no fundo, o fato de existirem jovens que se dispunham a viver na ilegalidade e arriscar a vida por uma causa (SCHABOWSKI, 1990, p.186). Por essa razão, ele, Honecker, poderia até mesmo ter autorizado Mielke a dar guarida aos militantes da RAF, mas provavelmente não o admitiria, se soubesse, que eles utilizassem a RDA como base de operações de terror na RFA, com a qual desejava manter um bom relacionamento. De qualquer forma, os comandantes do Stasi sempre atuaram com ampla independência e autonomia; tanto que Markus Wolf, sem o conhecimento de Honecker, infiltrara um espião (Günter Guillaume) no gabinete de Willy Brandt, quando este era chefe do governo da RFA (ANDERT, HERZBERG, op. cit., p.343-349). Muitos estavam inconformados com a perda dos privilégios e os rumos do RDA, razão pela qual havia em Bonn o temor de que eles, controlando recursos acumulados pelos antigos partidos da Frente Nacional, passassem a colaborar com os terroristas da RAF.

O SED-PDS, sobretudo, não só possuía fundos estimados entre oito e dez bilhões de marcos orientais como fizera investimentos no Ocidente, da ordem de um bilhão de marcos alemães (GERLING, op. cit.), provavelmente, sob o controle de dirigentes que pertenciam aos quadros do Stasi ou mereciam sua confiança. Seu capital fixo, de acordo com outras fontes, ascenderia a 16 bilhões de marcos alemães (*Novidades de Moscou*, 4.11.1990, p.6) e tais informes, dos quais o governo de Bonn tinha algum conhecimento e tratava de investigar, vieram a público quando se comprovou algum tempo depois que o SED-PDS transferira ilegalmente para o exterior a importância de 107 milhões, por intermédio da empresa soviético-cipriota-Pútnik, e fazia manipulações monetárias que envolviam a URSS, Noruega e Holanda. A polícia alemã também prendeu três agentes do

Stasi, acusados de organizar firmas-fantasma e realizar exportações fictícias para os países do Leste, com o que, valendo-se de uma taxa de câmbio preferencial, fraudaram o Banco de Comércio Exterior de Berlim em um montante não inferior a quinhentos milhões. A suspeita de que o aparelho do Stasi continuava clandestinamente a funcionar tinha fundamento. Diante de tais circunstâncias, tanto por qualificação inadequada quanto por falta de confiabilidade política, a RFA não pôde aproveitar grande parte dos funcionários da RDA, principalmente do Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Finanças, Volkspolizei, Volksarmee, da qual somente aceitou cinquenta mil soldados, e de outros órgãos do Estado. Mesmo para organizar e pôr em funcionamento o sistema de administração pública nos antigos *Länder* da RDA, depois de restabelecidos pela Volkskammer, para possibilitar a adesão à RFA, nos termos do Art. 23 da Lei Fundamental, o governo de Bonn encarregou seus próprios funcionários para os cargos de direção. Assim, a estrutura do Estado unitário e centralizado que o SED montara desapareceu. E, antes que a reunificação formalmente se consumasse, os governos de Bonn e de alguns *Länder* e *Städte* (municípios) da RFA, bem como políticos, partidos políticos, sindicatos, comerciantes, industriais e grupos de interesses privados, fizeram uma intervenção massiva na RDA.

## CAPÍTULO 15

A QUESTÃO DO *STATUS* INTERNACIONAL DA ALEMANHA E A OTAN –  
A POSIÇÃO DE GORBACHEV – AS NEGOCIAÇÕES DE KOHL  
COM GEORGE BUSH E GORBACHEV – A RETIRADA DAS TROPAS  
SOVIÉTICAS DA RDA E AS CONCESSÕES DO OCIDENTE – OS RECURSOS  
FORNECIDOS À URSS PELA RFA – A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

A dissolução formal da RDA como sujeito autônomo do Direito Internacional e a adesão à RFA dos antigos *Länder* que a formavam não dependiam unicamente da vontade dos seus povos e da decisão dos seus governos, mas também de complexas negociações com a URSS, os EUA, a Grã-Bretanha e a França, cujas responsabilidades e direitos de ocupação, exercidos desde 1945, continuavam ainda em vigência. Kohl sempre considerou esse fato, atento à reação das outras potências ocidentais, preocupadas com as implicações da reunificação da Alemanha (JARAUSCH, 1994, p.111). Fortes temores, alimentados pelas recordações de duas guerras mundiais que ela deflagrara no século XX, reacenderam-se. Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha, não escondeu suas preocupações, nem de Bush nem de Gorbachev, com quem conversou em Moscou, ao retornar do Japão (ZELIKOW, RICE, 1997, p.96 e 97). Repetidas vezes declarou, publicamente, que a consolidação da democracia na RDA e nos demais países do Leste Europeu constituía a prioridade, afirmando que as conversas prematuras sobre a reunificação da Alemanha colocariam em perigo essa possibilidade (MAIER, 1997, p.249). Não apenas tentou fazer uma intriga, informando por telefone a Gorbachev ter ouvido dizer que os alemães se preparavam para atacar as tropas soviéticas

na RDA, como teve um acesso de raiva quando Kohl, em banquete dos chefes de Estado no Palácio do Eliseu, citou uma declaração sobre a reunificação da Alemanha, feita em 1970 pela cúpula da Otan.<sup>1</sup>

A Grã-Bretanha jamais desejou sinceramente que a Alemanha se reunificasse e ocorresse na Europa Ocidental outra concentração de poder, ainda que Margareth Thatcher, publicamente, não o dissesse. A França, igualmente, tinha razões históricas para rejeitar uma Alemanha reunificada, poderosa, e ao presidente François Mitterrand preocupava também o desequilíbrio econômico e político que a Alemanha reunificada produziria na Comunidade Econômica Europeia (CEE) (JARAUSSCH, op. cit., p.107). Mas suas convicções pessoais, no sentido de que a cooperação com a RFA devia prosseguir como o principal vetor da política externa da França, levaram-no a aceitar, sem maior resistência, as iniciativas de Kohl. E ele declarou, publicamente, que não temia a reunificação da Alemanha, embora acentuasse que a prioridade era a integração da Europa (idem, p.249 e 250).

Margareth Thatcher, sem o respaldo de Mitterrand, isolou-se. Mantido o arco diplomático Paris-Bonn, as negociações dos dois Estados alemães com as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, denominadas 2+4 começaram em 14 de março de 1990, quatro dias antes das primeiras eleições livres na RDA. Os ministros das relações exteriores dos seis Estados reuniram-se em Bonn com o objetivo de equacionar, sob os aspectos internacionais, a questão da Alemanha, cuja reunificação, da forma como se configurava, acarretaria a modificação de toda a arquitetura política e militar e a ruptura do equilíbrio de forças, alcançado durante a Guerra Fria, nas relações Leste-Oeste. As dificuldades para encontrar uma solução que atendesse às conveniências da URSS e contemplasse seus interesses de segurança eram, aparentemente, insuperáveis. A maior consistia, principalmente, em resolver o *status* internacional da Alemanha reunificada e seu alinhamento no quadro das relações Leste-Oeste; a RDA pertencia ao Pacto de Varsóvia e a RFA, à Otan, e os dois Estados desempenharam, para a URSS e os EUA, papéis estratégicos na Guerra Fria. Gorbachev, obviamente, nunca imaginara uma Alemanha unificada no Pacto de Varsóvia, que tendia a desintegrar-se, porém não a admitia como membro da Otan, cujas forças se aproximariam das fronteiras da URSS, caso a RFA promovesse a pura e

1 Essa intriga foi revelada por Gorbachev e Kohl a ela se referiu, embora sem citar Margareth Thatcher, no debate com o presidente Bush e Gorbachev, promovido pelo *Welt am Sonntag* e moderado pelo historiador inglês Timothy Garton Ash. Vide "Wie es wirklich war", *Welt am Sonntag*, n. 46, 14.11.1999, p.1. *Der Spiegel*, n. 46, 15.11.1999, p.192.

simples anexação da RDA. Ele sofria fortes pressões para que usasse os poderes da URSS, como potência ocupante, e não aceitasse a integração da Alemanha unificada na OTAN (BEZIMENSKI, 1990, p.26-27). E o fato de que a URSS perdera mais de vinte milhões de vidas para conter e repelir a invasão do seu território pelas tropas de Hitler adensava os argumentos de segurança.

O ideal para a URSS seriam a neutralização da Alemanha unificada e, em todo caso, sua desnuclearização, alternativa que os governos ocidentais, tanto o de Bonn quanto os de Washington, Londres e Paris, rejeitavam. Os EUA, sobretudo, somente apoiariam a reunificação sob a condição de que a Alemanha unificada integrasse a Otan e não concordavam sequer que ela adotasse um *status* semelhante ao do França, que se mantinha dentro da aliança sem participar de sua estrutura militar, conforme sugestão de Eduard Shevardnadze, ministro das Relações Exteriores da URSS. Então, como fórmula para vencer o impasse, Valentin Falin, diretor do Departamento Internacional do PCUS, alvitrou que a Alemanha poderia ficar simultaneamente vinculada à Otan e ao Pacto de Varsóvia. Tal proposta se configurava ainda mais absurda e, ao que tudo indicou, o desejo de Gorbachev era, na realidade, retardar o processo de reunificação da Alemanha por mais dois ou três anos, até a obtenção de um acordo global com o Ocidente, de maneira que a URSS pudesse concordar com a derrogação das responsabilidades e dos direitos de ocupação, o que significava devolver-lhe a plena soberania. Gorbachev contava com que, até lá, o Pacto de Varsóvia e a Otan desaparecessem, em consequência da superação total do clima da Guerra Fria que os gerou. O próprio Shevardnadze chegou a propor que a questão do fim das responsabilidades e dos direitos dos Aliados sobre a Alemanha ficasse em suspenso, por alguns anos, sem prejudicar, contudo, o desenvolvimento dos aspectos internos de sua reunificação. Tal intento demonstrou, claramente, que a URSS percebia no processo das conversações 2+4 uma enorme chance para discutir o fim da divisão da Europa, conforme seu projeto de construção da Casa Comum, e não apenas a unidade alemã, da qual dispunha como grande trunfo, para obter maiores concessões no conjunto das negociações com o Ocidente.

Essa proposta o ministro das Relações Exteriores da RFA, Hans-Dietrich Genscher, de acordo com as instruções de Kohl, não aceitou. O que o governo de Bonn pretendia era firmar um acordo definitivo, reconhecido pelo Direito internacional, e anular as responsabilidades e os direitos das quatro potências sobre o território e os destinos da Alemanha, restaurando a plenitude de sua soberania no momento em que ela se reunificasse. Não se tratava apenas de uma questão de honra e de prestígio. Se a URSS não consentisse em abrogar suas responsabilidades e direitos, mesmo que a RDA, por decisão do seu governo,

desaparecesse, a Sowjetische Besatzungszone continuaria e sobre ela a RFA não poderia exercer jurisdição militar. Ou teria de manter, como legatária da RDA, os compromissos com o Pacto de Varsóvia, o que nem o governo de Bonn nem os governos de Washington, Londres e Paris aceitariam. Essa seria uma situação extremamente complicada. De qualquer forma, o fato de que os aspectos domésticos da reunificação da Alemanha não ficaram condicionados à solução do problema em seus aspectos internacionais favoreceu o governo de Bonn e debilitou a posição de Moscou. Para tanto, as eleições parlamentares de 18 de março na RDA concorreram decisivamente, ao evidenciarem que a maioria de sua população queria uma rápida integração à RFA, o que implicava a integração na Otan.

A Allianz für Deutschland, com todo o suporte de Kohl, cujo projeto ele apoiava, triunfou. Modrow, que seguia a orientação do URSS e advogava a reunificação por etapas, mediante o estabelecimento, a princípio, de uma comunidade contratual entre a RDA e a RFA, teve de abandonar o governo. E Lothar de Maizière, presidente da CDU-oriental, assumiu o cargo de ministro-presidente da RDA. A correlação de forças alterou-se. A defecção da RDA, devido à mudança de seu governo para o lado do Ocidente, deixou a URSS isolada. As negociações 2+4 converteram-se, de fato, em 1+5. Ao contrário de Modrow, Lothar de Maizière respaldou o ritmo com que Kohl se empenhava em impulsionar o processo de reunificação da Alemanha. E, em 28 de abril, viajou a Moscou, com o propósito de mostrar a Gorbachev a viabilidade da vinculação da Alemanha a uma Otan modificada, como os EUA admitiam, sem que ela constituísse qualquer ameaça à segurança da URSS. Não teve êxito: Gorbachev era favorável à reunificação da Alemanha, sobre a qual o PCUS tomara algumas resoluções, em 1989, mas recalcitrava em concordar com a ideia de que a Alemanha, militarmente poderosa, permanecesse dentro da Otan.<sup>2</sup> Daí as divergências de propostas e de cronograma para a reunificação, a qual ele ainda cria que viesse a demorar mais algum tempo, conforme demonstrou na conversa com de Maizière.<sup>3</sup>

Kohl, que assumira pessoalmente a condução dos entendimentos diplomáticos, marginalizando o papel de Genscher, avaliou que Gorbachev terminaria por aceitar o fim das responsabilidades e dos direitos de ocupação desde que a URSS recebesse suficientes garantias de segurança e outras compensações. E, em 17 de maio, viajou para Camp David, nos EUA, onde conferenciou com o presidente George Bush. Ambos, conquanto reafirmassem a decisão de manter a

2 A primeira exigência de Gorbachev foi a retirada da Alemanha da Otan e a sua neutralização militar. MODROW, 1991, p.123.

3 Entrevista de Lothar de Maizière ao autor.

Alemanha unificada, como membro pleno da Otan, acordaram em conceder um *status* especial ao território da RDA, depois que ela se dissolvesse como Estado, acomodando os "legítimos interesses" de segurança da URSS (GERLING, 1990). Isso significava que a estrutura militar da Otan não se estenderia à antiga Zona de Ocupação Soviética, que ficaria apenas sob a jurisdição das forças de segurança das fronteiras da RFA, enquanto as tropas soviéticas, cuja retirada duraria de três a quatro anos, lá permanecessem. Bush apoiou a posição de Kohl e tratou da questão com Gorbachev, quando este visitou os EUA, em 2 de junho de 1990. A participação da Alemanha unificada na Otan ainda constituía uma dificuldade não resolvida para a URSS, mas aquele encontro de cúpula possibilitou considerável avanço no encaminhamento de uma solução, em virtude dos importantes acordos, negociados por Bush e Gorbachev, sobre a destruição de armas químicas, verificação de testes nucleares, cortes de 30% a 35% das armas nucleares estratégicas, redução em 50% dos mísseis nucleares estratégicos etc. Entretanto, nas conversações 2+4, Shevardnadze apresentou, surpreendentemente, o esboço de um tratado, prevendo massiva redução de tropas soviéticas, bem como dos Aliados, cuja evacuação de Berlim deveria ocorrer dentro de seis meses.<sup>4</sup> Tal proposta foi também rejeitada e, aparentemente, os embaraços criados a cada passo pela URSS visavam a forçar a RFA a conceder-lhe recursos financeiros (SIDOROVA, 1990, p.90).

O impasse persistiu até meados de julho, mas sua solução provavelmente estava amadurecida desde a união econômica e monetária entre a RFA e a RDA. Kohl estava convencido de que Gorbachev terminaria por concordar com o fim das responsabilidades e dos direitos de ocupação da URSS, se recebesse, além de suficientes garantias de segurança, outras compensações, isto é, um amplo programa de assistência econômica e financeira, da ordem de US\$ 15 a US\$ 20 bilhões, que pleiteava do Ocidente (ZELIKÓW, RICE, op. cit., p.325). Assim, antes de partir para a URSS e concluir, pessoalmente, o entendimento com Gorbachev, instou os bancos comerciais da RFA, liderados pelo Deutsche Bank, a concederem um crédito de DM 5 bilhões à URSS (ibidem; BANDEIRA, 1992, p.154; MAIER, 1997, p.272), até meados de julho. As conversações com Gorbachev, realizadas no Cáucaso, entre 14 e 16 de julho de 1990, foram então decisivas para a superação do impasse. Kohl obteve a anuência da URSS para a reunificação da Alemanha. Esse processo, entretanto, havia avançado e tornara-se econômica e politicamente incontornável.

4 Idem.

A RDA, como aliada estratégica da URSS, desaparecera, de fato, desde a derrota do SED-PDS e a queda de Modrow, com as eleições de 18 de março. Lá, objetivamente, só as tropas soviéticas restavam, como reminiscência da antiga zona de ocupação. E, nem elas mais confiança inspiravam. A atmosfera estava cada vez mais desmoralizante e tensa em torno dos quartéis. Soldados e mesmo oficiais corrompiam-se. Vendiam uniformes, capotes, platinas, dólmenes, binóculos e petrechos bélicos, inclusive pistolas-metralhadoras *Kalashnikov* (cujo preço – 1.000 marcos alemães no mercado negro – era superior ao soldo mensal de um oficial soviético), com o fito de obter alguns DM e comprar aparelhagens de áudio e vídeo, automóveis em segunda mão e outros bens de consumo de que careciam na URSS (JOLKVER, 1990, p.22-23). Dezenas de soldados desertavam, não apenas para viver no capitalismo mas para escapar também às insuportáveis condições de serviço, traduzidas em espancamentos e humilhações (ibidem). O número dos que fugiam através das florestas de Niedersachsen e de Bayern (Baviera) tendia a aumentar para centenas e até milhares; tanto assim que, quando um diplomata da RFA quis saber quantos soldados o governo de Moscou esperava que desertassem, o funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu-lhe: todos os 380 mil (i). Tratava-se naturalmente de uma brincadeira, que, no entanto, tinha fundamento. Naquelas circunstâncias, a URSS dificilmente poderia manter por muito tempo seu exército no que ainda era território da RDA, sem que ele se desmoralizasse totalmente, envolvido pelos atrativos da democracia e pela prosperidade da economia social de mercado.

Gorbachev estava consciente da situação. Desde 1989, pelo menos, ele realizara que mais valia consolidar um bom relacionamento com a RFA, o principal parceiro comercial da URSS no Ocidente, conquistar-lhe a confiança política e obter sua cooperação econômica do que conservar a RDA. E não mais podia procrastinar o desfecho da operação, sobre a qual, de certo modo, perdera o controle. A RDA, conforme Honecker, no ostracismo, reconheceu, era o preço que Gorbachev tinha de pagar pela construção da Casa Comum Europeia (ANDERT, HERZBERG, 1990, p.97). Sua situação interna deteriorara-se tão rapidamente depois da derrubada no Muro de Berlim que também os social-democratas da RFA, antes favoráveis a um processo de reunificação mais lento, passaram a reclamar seu aceleração, para evitar que o colapso econômico e a dissolução política agravassem ainda mais a crise na Alemanha Oriental. Com efeito, a RDA convertera-se em uma ficção política. E Gorbachev, comprometido com a diretriz de não interferir em outros países e deixar que os povos fizessem livremente sua opção política, não mais podia obstaculizar a reunificação da Alemanha e a plena recuperação de sua soberania, recusando-se a derrogar as

responsabilidades e os direitos da URSS, como potência ocupante, sem prejudicar todo o seu projeto de construção da Casa Comum Europeia.

Outrossim, não fazia sentido opor-se à participação da Alemanha unificada na Otan, quando ele próprio se empenhava para promover a completa distensão nas relações internacionais e desarmar o cenário da Guerra Fria, de modo que a URSS não mais tivesse inimigos e, por conseguinte, não precisasse também de aliados. Gorbachev tinha de ser consequente com sua própria política. E, além do mais, obtivera diversas garantias e compensações que correspondiam objetivamente a suas propostas e a seu cronograma para a reunificação da Alemanha. A URSS teria um prazo de no máximo quatro anos, até o final de 1994, para retirar seus 380 mil soldados do território da antiga RDA, o qual, entretanto, ganharia um *status* especial. E a Otan retiraria, no mesmo período de tempo, um número ainda maior de homens, no total de 403.400 (250 mil norte-americanos, setenta mil britânicos, cinquenta mil franceses, 26 mil belgas e 7.400 holandeses), reduzindo, drasticamente, os contingentes estrangeiros estacionados na RFA.<sup>5</sup>

Essa concessão, com a retirada, principalmente, dos 250 mil soldados norte-americanos, anulava, virtualmente, qualquer vantagem que a Otan pudesse obter com o desaparecimento da RDA, dado que 96% das forças dos EUA na Europa estavam aquarteladas na RFA. E conviera ao presidente George Bush fazê-la. O governo de Washington não só começara a revisar sua estratégia militar global, a pedido da RFA, como precisava reduzir os gastos militares, que concorriam para agravar o déficit orçamentário dos EUA. Em consequência, era possível que o presidente Bush viesse a decidir pelo aumento da presença naval norte-americana, não somente no Mediterrâneo, mas também no nordeste da Europa, a fim de compensar, de forma não tão onerosa, a retirada do grosso de suas tropas da RFA.<sup>6</sup> De um modo ou de outro, aquela concessão contemplava os interesses de segurança da URSS, cujas forças terrestres continuavam predominantes na Europa, e os esforços de Gorbachev para firmar acordos de paz ainda mais amplos com o Ocidente. E as resistências à participação da Alemanha unificada na Otan começaram a se desvanecer, inclusive porque tanto o Bundestag quanto a Volkskammer já haviam aprovado resoluções, reconhecendo a fixação de sua fronteira com a Polônia sobre a linha dos rios Oder-Neisse, não obstante o poderoso *lobby* dos que haviam possuído terras e propriedades, nos territórios do Silésia e da Pomerânia, e esperavam reavê-las.

5 Friedrich Ebert Stiftung, *Forum Deutsche Einheit – Aktuelle Kurzinformationen*, n. 8/90. Bonn, outubro de 1990.

6 Sobre o tema, vide WESTON, 1990, p. B49.

Outras dificuldades que persistiam, Kohl, pessoalmente, tratou de remover. Suas conversações com Gorbachev, entre 14 e 16 de julho, foram decisivas. A URSS consentiu, finalmente, que a Alemanha, reunificada dentro da moldura europeia (acordos de Helsinque, CEE e Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa), recuperasse a plenitude de sua soberania e participasse da Otan, sem que isto implicasse um desequilíbrio de forças militares em favor do Ocidente. A Bundeswehr (forças armadas da RFA) não só deveria abster-se de possuir armas ABC como também não poderia somar aos seus efetivos militares (495 mil) os da Nationale Volksarmee (174 mil) e da Grenztruppen (47 mil), do RDA (FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 1986, p.42). Pelo contrário, deveria reduzi-los para, no máximo, 370 mil, exigência esta feita igualmente pelos EUA.<sup>7</sup> E os dois países, RFA e URSS, celebrariam ainda um Tratado de Boa Vizinhança, Associação e Cooperação (13 de setembro), após o qual a RDA se desligaria oficialmente do Pacto de Varsóvia (24 de setembro). Essas foram as linhas gerais do entendimento que Kohl concluiu com Gorbachev e anunciou, surpreendendo os EUA pela rapidez do seu desfecho, na véspera de outra rodada das negociações 2+4, em Paris (17 de julho), quando se reconheceu definitivamente a fronteira da Alemanha com a Polônia sobre a linha Oder-Neisse, estabelecida pelos Aliados, ao término da Segunda Guerra Mundial. Os custos financeiros do acordo foram, porém, muito elevados para a RFA.

Cinco dias antes da viagem de Kohl a Moscou, bancos comerciais na RFA concederam um crédito de 5 bilhões de marcos alemães à URSS, que, além de receber da RDA a importância de 1,25 bilhão para o sustento de suas tropas no segundo semestre de 1990, pediu ao governo de Bonn mais 18,5 bilhões, com a finalidade de mantê-las e custear também sua retirada, nos próximos quatro anos. Os negociadores alemães concordaram, a princípio, com a concessão de apenas 3 bilhões ou, no máximo, 4 bilhões de marcos, depois suspenderam o montante para DM 6 bilhões, até que, em setembro, Kohl definitivamente acertou com Gorbachev, por telefone, a cifra de 12 bilhões de marcos alemães, mais três bilhões de crédito, sem juros (um bilhão), elevando o total ao valor de 16 bilhões (GERLING, 1990). Com tais recursos, o governo de Bonn criou um fundo, destinado ao custeio do estacionamento (quatro bilhões) e do transporte das tropas soviéticas, no regresso ao seu país (um bilhão), bem como à construção, na URSS, de 36 mil apartamentos (7,8 bilhões), ou seja, metade dos 400 milhões de m<sup>2</sup> de moradias para os militares desmobilizados e cuja reciclagem na vida civil os alemães também promoveriam e financiariam (duzentos milhões).

7 Entrevista de Lothar de Maizièrre ao autor.

A execução das obras ficaria a cargo de empresas da RFA, especializadas em casas pré-moldadas, as quais enviariam à URSS seus próprios operários e engenheiros, a fim de assegurar a rapidez nos trabalhos e que a construção dos apartamentos estivesse concluída antes de que os soldados lá chegassem. Com isto, a RFA poderia recuperar pelo menos três bilhões, mas seus compromissos, na realidade, ultrapassaram, largamente, os 16 bilhões do fundo de transição. Ela teria ainda de gastar mais dez bilhões para eliminar os danos causados ao meio ambiente pelo bismuto e quatro bilhões, como multa convencional, pela parada da construção dos reatores atômicos, segundo o modelo soviético, de sorte que os recursos colocados à disposição da URSS, ademais do crédito de cinco bilhões concedido pelos bancos comerciais, com o aval do governo de Bonn, atingiram o volume de 28 bilhões de marcos,<sup>8</sup> cuja aplicação, naqueles projetos específicos ficaria a cargo de comissões mistas, com representantes dos dois países. No entanto, um jornalista soviético, Nikita Jolkver, escreveu que preferiria que fosse a canalização de tão elevadas somas "controlada pelos próprios alemães", porque eles "sabem contar dinheiro" e as "experiências dos anos passados" provaram que os créditos a longo prazo, fornecidos por Bonn a Moscou, "se perderam como água na areia" (JOLKVER, 1990, p.22-23).

O fato de que esse e outros jornalistas soviéticos temiam o esbanjamento de tão volumosos recursos (SIDOROVA, 1990, p.90) evidenciou que o governo de Moscou, ganhando não apenas concessões políticas e militares do Ocidente, mas, também, compensações econômicas e financeiras da RFA, fizera excelente negócio no processo de liquidação da RDA, cuja vontade política praticamente desaparecera, desde a perda do poder pelo SED-PDS. Nem Gorbachev nem Kohl consultaram Lothar de Maizièrre antes de ultimar os amplos entendimentos de Moscou. Nem precisavam fazê-lo. A RDA, na realidade, não era sujeito e sim objeto da transação. Seus dirigentes, entre os quais Marcus Meckel, ministro das Relações Exteriores, não se conformaram com o procedimento de Kohl e Gorbachev. Criticaram-no. Em vão. A RDA, naquelas condições, não mais poderia ter qualquer influência sobre as decisões, dado que sua existência até então dependera da URSS. O próprio governo de coalizão, chefiado por Lothar de Maizièrre, não só carecia de unidade como estava a se desintegrar. No dia 24 de julho, os liberais abandonaram-no, por causa de disputas sobre o processo de unificação e normas eleitorais. Os social-democratas, devido às mesmas razões, fizeram-no quase um mês depois, e ameaçaram não aprovar o *Einigungsvertrag*

8 Friedrich Ebert Stiftung, *Forum Deutsche Einheit - Aktuelle Kurzinformationen*, n. 8/190 Bonn, outubro de 1990.

(Tratado de Unificação), se ele não contivesse suficientes garantias de seguridade social para a população da RDA.

Contudo, independente da vontade dos social-democratas, a reunificação poderia ocorrer por meio de uma lei de transição, aprovada apenas pelo Bundestag, ao qual a Volkskammer, cuja incorporação à RFA já havia decidido, poderia ceder sua soberania. Essa medida corresponderia a uma simples *Anschluss* (anexação) e De Maizière parecia admiti-la, para evitar que a demora na reunificação ampliasse o caos na RDA. Mas não se tornou necessária. A Volkskammer aprovou o Tratado de Unificação, firmado pelos dois Estados alemães, por 299 votos, contra 80 e uma abstenção, seguida pelo Bundestag, por 442 votos, contra 47 e 3 abstenções. Após a suspensão das responsabilidades e dos direitos de ocupação, a RFA, soberana, incorporou no dia 3 de outubro de 1990, não a RDA, que se dissolvera, mas os cinco antigos *Länder* – Brandenburg, Mecklenburg-Vorpommern, Sachsen-Anhalt e Thüringen – sobre cujos territórios ela se constituía. A previsão do Art. 23 da Lei Fundamental assim se cumpriu. Kohl realizou o que Adenauer com a Hallstein-Doktrin não conseguira. Levou a RFA, sem qualquer modificação de sua estrutura constitucional, a efetivar o *Alleinvertretungsanspruch*, tornar-se de fato e de direito, a única representante do povo alemão, como continuidade do antigo Reich, que Otto von Bismarck criara após derrotar a Áustria (1866) e a França (1870). Esse acontecimento constituiu, inegavelmente, enorme êxito, que permitiu a Kohl assomar-se como um dos maiores estadistas da Alemanha.